



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANA JOICE DA SILVA ALVES**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E  
FORMAÇÃO DA CRIANÇA ENQUANTO SUJEITO SOCIAL**

**CAJAZEIRAS/PB**

**2023**

ANA JOICE DA SILVA ALVES

AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E  
FORMAÇÃO DA CRIANÇA ENQUANTO SUJEITO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório à obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Amiraldo  
Alves da Silva.

CAJAZEIRAS/PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

A474c	<p>Alves, Ana Joice da Silva. As contribuições da escola nos processos de socialização e formação da criança enquanto sujeito social / Ana Joice da Silva Alves. – Cajazeiras, 2023. 61f. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1. Educação infantil. 2. Criança- Formação social. 3. Educação e Cidadania - Relação. 4. Socialização da criança. 5. Infância - Construção social. 6. Cidadania. I. Silva, José Amiraldo Alves da. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 373.2

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

ANA JOICE DA SILVA ALVES

AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E NA  
FORMAÇÃO DA CRIANÇA ENQUANTO SUJEITO SOCIAL

Aprovado em: 30 de novembro 2023

BANCA EXAMINADORA



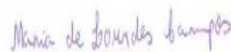
---

Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva – UAE/CFP/UFCG  
Orientador



---

Profª. Dra. Hercília Maria Fernandes – UAE/CFP/UFCG  
Examinadora



---

Profª. Dra. Maria de Lurdes Campos – UAE/CFP/UFCG  
Examinadora

**\*Datos cataográficos**

Dedico este trabalho especialmente ao meu  
pai José Alves de Lima.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de estar neste curso e concluí-lo, pela força e perseverança plantadas em meu coração a cada dia, por nunca me desamparar, por aquecer meu coração com fé e por colocar em meu caminho pessoas incríveis que contribuíram para minha formação, antes de tudo, como ser humano.

Agradeço a minha família, que não mediu esforços para fazer este momento se tornar realidade, especialmente a minha mãe Antônia da Silva Alves, ao meu pai José Alves de Lima e as minhas queridas irmãs Andréa da Silva Almeida, Adelba da Silva Alves e Aline da Silva Alves, que nunca deixaram de acreditar em mim.

Ao Professor Orientador Dr. José Amiraldo Alves da Silva, pela acolhida do tema em estudo e por toda ajuda e suporte que dispôs para que eu conseguisse concluir este trabalho.

A todos os professores que de forma direta ou indiretamente também contribuíram para que este sonho se tornasse realidade, em especial as professoras que participaram da banca.

Por fim, a todos os colegas e amigos que fiz durante esta caminhada, pelas boas conversas, risadas e momentos de apoio, que de algum modo tornaram a estrada até aqui mais leve, bonita e esperançosa.

"Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam".

(Paulo Freire)



## RESUMO

O trabalho buscou oferecer reflexões acerca das contribuições da escola nos processos de socialização e formação social da criança a partir de uma perspectiva teórica que compreende o ambiente escolar como espaço fundamental para o desenvolvimento integral dos educandos. A escola tem sido cada vez mais um ambiente destinado ao cuidado e a educação das crianças e dos jovens, pois é nessa instituição que os sujeitos constroem novos vínculos, inclusive, um dos primeiros fora do seio familiar. Pensando na necessidade do desenvolvimento intelectual e das capacidades cognitivas, emocionais, sensoriais e sociais exigidas pela a sociedade atual, podemos compreender que a educação é peça chave nos processos de socialização e na formação dos cidadãos desse novo tempo. A escola não se limita a intervenção, mediação ou transmissão dos conhecimentos científicos organizados, mas também influencia nos aspectos relacionados ao desenvolvimento social de seus educandos e, conseqüentemente, na formação para a cidadania, à medida que ensina as regras necessárias para o convívio em sociedade, conscientizando os estudantes de seus direitos e deveres. Neste sentido, o estudo buscou compreender como a escola contribui para o desenvolvimento social dos educandos por meio de atividades, projetos e programas desenvolvidos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo, numa abordagem qualitativa, por meio de uma entrevista semiestruturada com 6 (seis) sujeitos, sendo 3 (três) docentes e 3 (três) mães, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental da cidade Cajazeiras-PB. Para aprofundar os estudos acerca da temática, a pesquisa teve como aportes teóricos as contribuições de autores, tais como: Meneghin e Mendes (2020); Pinto e Uchoa Branco (2009); Borsa (2007); Rezende Filho e Câmara Neto (2001); Ariès (1981), entre outros, que contribuíram para uma melhor compreensão do assunto. Os resultados da pesquisa apontaram que a escola contribui para a formação da criança enquanto ser social por meio das interações e da internalização das regras de convivência, bem como os projetos e as atividades desenvolvidas na escola também colaboram para a formação da criança enquanto ser social à medida que as incentivam a compartilhar, cooperar, ter empatia, construir amizades, autonomia, capacidade de se comunicar, de respeitar e conviver.

**Palavras-chave:** Escola. Formação social. Cidadania. Criança.

## ABSTRACT

The work sought to offer reflections on the school's contributions to the processes of socialization and social formation of children from a theoretical perspective that understands the school environment as a fundamental space for the integral development of students. The school has increasingly become an environment dedicated to the care and education of children and young people, as it is in this institution that individuals build new bonds, including one of the first outside the family. Thinking about the need for intellectual development and the cognitive, emotional, sensory and social capabilities required by today's society, we can understand that education is a key part of the socialization processes and the formation of citizens in this new era. The school is not limited to intervention, mediation or transmission of organized scientific knowledge, but also influences aspects related to the social development of its students and, consequently, in training for citizenship, as it teaches the rules necessary for living in society. , making students aware of their rights and duties. In this sense, the study sought to understand how the school contributes to the social development of students through activities, projects and programs developed. To this end, field research was carried out, using a qualitative approach, through a semi-structured interview with 6 (six) subjects, 3 (three) teachers and 3 (three) mothers, at the Municipal School of Early Childhood and Elementary Education in the city. Cajazeiras-PB. To deepen studies on the topic, the research had theoretical contributions from authors such as: Meneghin and Mendes (2020); Pinto and Uchoa Branco (2009); Borsa (2007); Rezende Filho and Câmara Neto (2001); Ariès (1981), among others, who contributed to a better understanding of the subject. The research results showed that the school contributes to the formation of the child as a social being through interactions and the internalization of rules of coexistence, as well as the projects and activities developed at school also contribute to the formation of the child as a social being at measures that encourage them to share, cooperate, have empathy, build friendships, autonomy, the ability to communicate, respect and coexist.

**Keywords:** School. Social formation. Citizenship. Child.

## **LISTA DE SIGLAS**

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil

TCLE – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADANIA.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CIDADANIA.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO EDUCANDO COMO SUJEITO SOCIAL.....</b>	<b>22</b>
4.1	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA.....	26
4.2	INFÂNCIA, ESCOLARIZAÇÃO E MUDANÇAS NA CONCEPÇÃO DE CRIANÇA NO BRASIL .....	28
<b>5</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>31</b>
<b>6</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>35</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>54</b>
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM AS DOCENTES.....	55
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM PAIS/RESPONSÁVEIS.....	57
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	59

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade é uma construção humana, social, histórica, política, dinâmica e mutável, por isso os sujeitos que a compõe passam por mudanças individuais e sociais as quais repercutem na base da própria sociedade, assim como nas diversas áreas de produção do conhecimento.

Pensando na educação como parte da sociedade, que sofre os impactos dos processos de transformações advindos das novas conjunturas sociais, como a construção de novos valores, conceitos, concepções de mundo, de sujeito, novas habilidades, competências e possibilidades para a construção de novos conhecimentos e transformação da realidade em que estão inseridos, emergiu a seguinte questão nortadora para investigação: de que maneira a escola contribui para a socialização e formação da criança enquanto sujeito social?

Deste modo considerando a Educação Infantil como etapa fundamental para o desenvolvimento das habilidades/potencialidades cognitivas, afetivas, socioemocionais, socio-interacionais, psicomotoras, bem como para a construção de valores morais e éticos, o incentivo aos ensinamentos para o respeito mútuo, o diálogo, a cidadania e os cuidados consigo, com o outro e com o mundo desde a primeira infância, esta pesquisa delineiou como objetivo geral compreender como a escola contribui para o desenvolvimento social dos educandos por meio de atividades, projetos e programas desenvolvidos; e como objetivos específicos, discutir como ocorrem os processos de socialização dos sujeitos a partir de suas interações na escola; identificar programas, projetos e atividades realizadas para o desenvolvimento da interação, do respeito, da autonomia; e reconhecer a importância da escola na formação social dos sujeitos.

A curiosidade acadêmica que impulsionou o desejo de aprofundar as discussões sobre esta temática surgiu a partir da experiência como professora voluntária em uma escola pública, localizada na área periférica - a qual influencia fortemente nos trabalhos desenvolvidos com os alunos - da cidade de Cajazeiras-PB, com uma turma de educação infantil (crianças de 3 e 4 anos), na qual, boa parte das crianças, são filhos e filhas de pais usuários de drogas, presidiários, e que além disso, alguns vivem contextos mais complexos de vulnerabilidades, tais como: tráfico de drogas, violência, prostituição, situação de pobreza e escassez não apenas de mantimentos, mas também de expectativas de mudanças das condições sociais de existência.

É compreensível, que estas situações, contribuem para que os educandos cheguem à escola apresentando certo grau de dificuldade para se adaptarem a um novo contexto, que

muitas vezes, diferente da realidade em que estão inseridos, possui regras, horários e necessidades de uma convivência social (ou construção) – na medida do possível – tranquila.

Ao longo do ano, através da convivência e do desenvolvimento das atividades de rotina da escola e alguns projetos, foi possível notar uma diferença considerável em relação a adaptação das crianças com o ambiente escolar, também foi possível notar mudanças significativas em seus relacionamentos com outras crianças e com adultos, sobretudo em suas comunicações, interações, brincadeiras, nas resoluções de conflitos simples e superação das dificuldades de compartilhar brinquedos e objetos e a ampliação dessas pequenas “superações” ou “conquistas” para situações distintas.

Assim, a escola passou a ser compreendida numa perspectiva social, a qual abarca não apenas a transposição dos conteúdos curriculares, mas que, além disso, prepara e fortalece os indivíduos desde a infância para o exercício pleno de sua cidadania, à medida que proporciona aprendizados sobre os direitos e deveres desde os mais simples aos mais complexos, estes que, sem a Educação Infantil como etapa basilar de formação torna-se uma tarefa difícil.

Por isso, o reconhecimento da escola como *lócus* para a realização da aprendizagem não apenas de conteúdos, mas para aprendizagens e partilha de vida, vínculo afetivo, cuidado e suporte, experiências que se desenvolvem no cotidiano da Educação Infantil, que bem combina com o que Rousseau denominou de “Jardim de infância”, ou seja, são flores, crianças que desabrocharão adultos, sementes e frutos de um aprendizado gerador de retorno social. Dessa forma, este trabalho buscou conhecer as atividades, projetos e programas desenvolvidos pela escola, visando compreender criticamente como estas atividades promovem e/ou favorecem a socialização e a formação da criança enquanto ser social.

Neste sentido, organizamos o estudo levando em conta a seguinte estrutura: a introdução, na qual apresentamos o tema da pesquisa, a questão problema, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa e a relevância da pesquisa para o âmbito acadêmico. No referencial teórico, desenvolvemos um diálogo com diversos autores como, Meneghin e Mendes (2020), Pinto e Uchoa Branco (2009), Borsa (2007), Rezende Filho e Câmara Neto (2001), Ariès (1981), entre outros, nos quais nos embasamos para o desenvolvimento da escrita deste trabalho.

Na metodologia descrevemos o percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa, a qual foi desenvolvida numa abordagem qualitativa, inicialmente por meio de um levantamento bibliográfico, seguida de uma pesquisa de campo com 03 (três) docentes da Educação Infantil e 03 (três) mães, em uma creche localizada na cidade de Cajazeiras-PB. O instrumento de produção de dados utilizado foi uma entrevista semi-estruturada, com 03 (três)

temas, por meio dos quais buscamos compreender de que maneira a escola tem contribuído para o desenvolvimento social de seus educandos e quais atividades são desenvolvidas para favorecer a socialização e a formação social das crianças.

Apresentamos ainda os procedimentos éticos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como apresentamos de maneira breve o *locus* da pesquisa e seus participantes. Nas considerações finais refletimos sobre os resultados alcançados e a relevância do estudo para o campo acadêmico, a partir das falas, das reflexões e inquietações dos docentes e dos pais/responsáveis entrevistados com relação ao desenvolvimento social de suas crianças.

## 2 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADANIA

Os debates e reflexões acerca das relações entre educação e cidadania vêm se constituindo cada vez mais uma das pautas importantes e urgentes discutidas nos setores da intelectualidade brasileira nos últimos anos, principalmente, depois do processo de redemocratização a partir da década de 1980, contexto que sinalizou a reconstrução dos direitos civis e determinou a educação como direito e possibilidade de formação para a cidadania. Sobre este contexto, Silva e Pereira (2016, p.14) atestam que,

o direito à educação, como direito social, surge como elemento capaz de promover mudanças radicais nas sociedades modernas, porque a prática educativa permite qualificar a relação que a humanidade estabelece com a natureza, e também porque possui potencial problematizador inegável, mediante as possibilidades de desnaturalização da realidade que engendra.

Logo, podemos perceber que a educação pode ser compreendida como prática qualificadora das relações humanas, e por isso como possibilidade de formar sujeitos capazes de exercer a cidadania. A partir da compreensão de que as relações entre educação e cidadania estão associadas a vida em sociedade e suas transformações, nesta sessão abordamos brevemente as variações deste conceito ao longo do tempo, até sua compreensão na atualidade.

O conceito de cidadania está vinculado à vida em sociedade. Sua origem se relaciona com o desenvolvimento da pólis grega, nos séculos VIII a.C. Desde então, o conceito de cidadania passou a fazer parte dos debates acerca dos direitos políticos, civis e sociais dos indivíduos.

De uma maneira mais precisa, numa busca rápida pelo dicionário online, podemos encontrar o conceito de cidadania definido como “condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política” (Dicionário Online de Português, 2023). Partindo desse conceito, compreendemos que ser cidadão é usufruir de direitos e politicamente cumprir com deveres perante a sociedade, e mais do que isso, participar efetivamente desta sociedade.

No entanto, a cidadania nem sempre ocorreu da mesma forma. Se tomarmos como exemplo o regime aristocrático na Grécia antiga, podemos observar que o conceito de cidadania se assemelhava ao conceito de naturalidade, pois durante muito tempo “[...] considerava-se cidadão aquele nascido em terras gregas, o qual poderia usufruir todos os direitos políticos. Os estrangeiros, proibidos de ocuparem-se da política, dedicavam-se às atividades mercantis” (Rezende Filho e Câmara Neto, 2001, p. 2).



O que afunilava mais ainda o grupo de cidadãos desta época, era o fato da cidadania estar distanciada dos princípios de universalidade. Logo, só podia ser considerado cidadão as pessoas que possuíam riquezas, como bens materiais e propriedades de terra. Somente com uma redistribuição do poder político e com a abolição da escravidão por dívidas, foi permitido que os estrangeiros fossem inseridos na categoria de cidadãos.

Rezende Filho e Câmara Neto (2001) explicam ainda que nesse período, a Grécia iniciou uma reformulação no conceito de cidadania acompanhada de mudanças em sua forma de se organizar socialmente. De acordo com a ampliação desse quadro de cidadãos e as mudanças ocorridas em seu sistema político e jurídico, a aristocracia passou também a abrir espaços para a participação popular nas Assembléias e Conselhos, ainda que de forma muito tímida.

A realidade romana não era diferente, se constituindo como uma sociedade escravista e baseada nas famílias dominadas pelos patrícios, os quais detinham os direitos políticos e a cidadania. Já a plebe romana (sujeitos não nobres e estrangeiros) não possuía nenhum direito, e isso só foi sendo modificado de maneira lenta com a ampliação de seu quadro de cidadão que permitiu o acesso à cidadania para todos aqueles nascidos em Roma. Apesar disso, a Aristocracia procurava manter o controle político e restringir o acesso a cidadania, se aproveitando das tradições mítico-religiosas para sua manutenção no poder, ao mesmo tempo em que consolidava uma igualdade de direitos que na realidade não era praticada.

Com a queda do Império Romano, por volta do século V, o conceito de cidadania perde o sentido ligado à antiguidade. Com a nova conjuntura social que se formava, os assuntos relacionadas à política passaram para um segundo plano, abrindo espaço para os debates relacionados ao plano religioso.

Nesse cenário, uma nova forma de se organizar socialmente – nobreza, clero e camponeses – surgem implantando uma distinção social e de status entre os indivíduos. Logo, o clero e a nobreza detinham o poder, o saber e, conseqüentemente, os direitos referentes ao conceito de cidadania, constituindo-se, assim, como uma sociedade de ordens.

Durante esse período, os servos continuavam alheios aos privilégios dos “cidadãos”, não podendo acessar o poder público, permanecendo submissos à justiça e à ordem estabelecida. Assim, com o poder do feudalismo, administrado pela Igreja Católica, o exercício da cidadania enfrentava novos obstáculos, sendo impossibilitado de existir num contexto hierárquico, no qual o poder era dividido de modo arbitrário e as verdades que a igreja ditava eram inquestionáveis.

Esse contexto só pôde ser revertido com o renascimento urbano e a formação dos

Estados Nacionais, entre os séculos XI e XIII, no período conhecido como Baixa Idade Média, no qual surge a ideia de Estado Centralizado e a noção de cidadania clássica, a qual implicava nos direitos políticos. Sobre este período, Rezende Filho e Câmara Neto (2001, p. 3) apontam que,

[...] visualizando o contexto medieval, podemos dizer que a noção de direitos políticos e cidadania tornou-se frágil demais, se comparada às necessidades materiais e espirituais impostas pela ruralização da economia e pela cristianização da sociedade. Por outro lado, o final desse período registrou profundas alterações sociais, produto da crescente urbanização. Houve, então, a necessidade de reformulação do antigo conceito de cidadania, o qual retomou o ideal de igualdade entre os cidadãos.

Com a formação dos Estados Nações, as transformações sociais, políticas e a busca da burguesia pelo poder para se tornar uma nova classe dominante, as revoluções, o desenvolvimento das artes, da ciência, a disseminação de conhecimento, a busca pela liberdade de pensamento e igualdade, iniciam-se as lutas por uma sociedade mais justa, contestando os valores e as injustiças praticadas pelo clero e a nobreza.

Boa parte dessas novas ideias foram influenciadas pelo desenvolvimento do capitalismo e pelas reformas religiosas do século XV, que seguiram para o surgimento das ideias iluministas-liberais. Nesse contexto, a concepção de cidadania, sofre novas alterações, possuindo como base a igualdade e a liberdade, nos remetendo as atuais noções de Direitos Civis. A problematização dos direitos tornou distintos o povo e a burguesia, embora a burguesia ainda prevalecesse com esses direitos, principalmente, os políticos, revelando na trama da construção de um ideal de sociedade, as desigualdades sociais.

A partir dos fatos apresentados acima, podemos compreender que os acontecimentos na sociedade ao longo do tempo influenciaram fortemente na construção do conceito de cidadania, a medida que, novos modos de se organizar socialmente foram surgindo, transformando o entendimento em torno desse conceito que começa a ser compreendido num primeiro momento a partir das percepções dos sujeitos como cidadãos e das necessidades de pertencer à pólis, seguido da busca pelos direitos políticos e sociais.

Na atualidade, percebemos que o conceito de cidadania ainda se encontra em constante transição, adquirindo novos sentidos, partindo das relações estabelecidas entre a sociedade política e seus membros, englobando uma diversidade de atitudes e comportamentos que caracterizam sua prática.

Destacamos como marco importante para elevação e ampliação do conceito de cidadania a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que defende que todos os seres humanos nascem iguais perante à lei, independente de sua cor, raça, credo, língua, sexo,

etnia, com direito à expressar livremente opiniões políticas e participar de movimentos sociais, assegurados pela liberdade de expressão e segurança pública.

Dessa maneira, concluímos que cidadania não é um conceito estanque, pois sofre alterações com o passar dos anos e possui uma variedade de sentidos, associado-se aos valores e crenças das diferentes sociedades. É notório que o conceito de cidadania nos dias atuais é marcado pela compreensão sobre os direitos e deveres de uma vida em sociedade, o que não se distancia de sua origem e de seus caminhos até aqui. Todavia, é perceptível a ampliação de sua compreensão para assegurar o bem-estar social de todas as pessoas.

### **3 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CIDADANIA**

Os debates acerca da cidadania e da educação se desdobram de acordo com a sociedade e com as novas conjuturas sociais que se formam. Desse modo, pensar em educação e cidadania é pensar não somente no desenvolvimento dos seres humanos e de suas potencialidades, mas também sobre os desafios que se apresentam nos diferentes espaços de tempo e nas necessidades que surgem nos distintos contextos sociais.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), todos os cidadãos possuem direitos políticos, civis e sociais e que estes, por sua vez, estão interligados. Gostaríamos de enfatizar aqui os direitos sociais, dispostos no Art. 6º da Constituição Federal (1988), que declara os direitos à educação, ao lazer, a moradia, ao trabalho, a segurança, a alimentação, a previdência social, entre outros.

No Art. 205, a Constituição de 1988 ainda expressa que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Dessarte, observamos a vinculação entre educação e cidadania, e ainda a importância de ambas para o desenvolvimento integral de todas as pessoas. A educação pode ser compreendida como uma ferramenta importante para o desenvolvimento da cidadania à medida que percebemos a escola como um espaço potencializador das interações e do contato dos sujeitos com as diferenças.

Segundo Ferreira *et. al.* (2016, p. 42),

desde os gregos [...] a educação se configura como um elemento fundamental para a constituição da sociabilidade. Assim, enquanto os costumes determinam as normas e valores a serem seguidos ou transmitidos pelos sujeitos morais, a educação se impõe como um importante instrumento para o desenvolvimento moral do indivíduo.

Enquanto a cidadania se constitui como condição social que permite que todos os indivíduos possuam direitos para desfrutar da vida em sociedade, participando das áreas políticas e sociais da comunidade a qual pertence, a educação compõe a base para formar cidadãos, o que implica pensarmos na formação para a autonomia, criticidade, respeito mútuo e cuidados consigo, com o outro e com o meio ambiente.

De acordo com Oliveira e Martins (1992, *apud* Vasconcelos, 2006, p. 111),

a escola é um *locus* fundamental de educação para a cidadania, de uma importância cívica fundamental, não como uma antecâmara para a vida em sociedade, mas constituindo o primeiro degrau de uma caminhada que a família e a comunidade enquadram.

Somente pensando na escola como local de produção cultural, de convivência com as diferenças (culturais, políticas, sociais, étnicas, raciais) é que podemos construir diálogos a respeito dessa instituição como promotora de cidadania. A escola é o segundo ambiente que acolhe as crianças, depois de sua família, e que marca o começo de suas vidas, inserindo-as em um contexto distinto e mais amplo do que vivenciam em seu lar.

A partir daí, faz-se necessário considerar a educação como peça chave na construção da responsabilidade, do compromisso social, da justiça, da solidariedade, da tolerância, do respeito mútuo e do conhecimento. A escola pública tem como papel crucial educar para a cidadania à medida que acolhe a todos e se torna parte da vida dos sujeitos e de sua comunidade. Nessa perspectiva, a Educação Infantil se constitui como etapa da educação básica, fundamental para o desenvolvimento humano e social.

A Constituição Federal (1988), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) englobam perspectivas com base na cidadania e nos direitos, abrangendo a Educação Infantil como um desses direitos. Logo, é necessário promover a Educação Infantil considerando as crianças como parte da sociedade e a infância como fase importante para formação humana.

Outro documento importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ 1990), o qual dispõe em seu Art. 53 que, “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil, 1990).

Ainda, podemos identificar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), menção aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, a saber: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, que são direitos pensados a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI/2013), que define a criança como sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade pessoal e coletiva por meio das brincadeiras e interações, à medida que tem nestas as oportunidades de imaginar, criar, fantasiar e construir novos sentidos para o seu meio, desempenhado, assim, um papel ativo ao tempo que vivencia situações que o auxilia na construção de autonomia, tolerância, respeito, empatia, solidariedade, afeto, cuidados consigo e com os outros, além de valorizar sua identidade e reconhecer as diferenças.

A partir do contexto apresentado, é necessário considerar que os educadores são sujeitos fundamentais para a concretização das ações educativas. Deste modo, a BNCC pressupõe que o educador, imbuído de intencionalidade pedagógica, é responsável pela reflexão, organização de ambientes e recursos pedagógicos, planejamento, mediação e

monitoramento das práticas e interações entre os educandos, possibilitando os processos de aprendizagem e socialização.

Assim, sobre a intencionalidade pedagógica dos educadores, a BNCC (2018) assegura que,

essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (Brasil, 2018, p. 39).

As interações consistem num fator importante para o desenvolvimento da educação para a cidadania. Assim, se mostram presentes nos campos de experiências da BNCC nas relações entre socializar, interagir, cuidar e educar, e mais fortemente no campo denominado “o eu, o outro e o nós”, que trata das questões associadas a constituição dos modos das crianças agirem, pensarem, sentirem e estarem no mundo com os outros.

Há de se destacar ainda a importância da escuta e da fala, que também são elementos cruciais para a valorização dos educandos e de suas vivências, visto que os diálogos são capazes de despertar nas crianças o sentimento de pertencimento.

Sobre os momentos de escuta e fala com as crianças, a BNCC (2018) propõe que,

na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social (Brasil, 2018, p. 42).

É por meio da fala que as crianças participam dos diálogos, compartilham suas impressões e interpretações de mundo, tomam decisões mesmo que simples, construindo aos poucos os caminhos para sua emancipação.

#### 4 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO EDUCANDO COMO SUJEITO SOCIAL

Ao longo da vida os seres humanos necessitam se adaptar à diversas situações que se apresentam em seu cotidiano, as quais exigem o desenvolvimento de habilidades sociais tais como: se comunicar, estabelecer relações, resolver conflitos, respeitar pessoas e ambientes, compreender regras de convivências, os direitos e deveres.

Dessa forma, buscamos olhar para a escola como uma instituição que para além de promover os conteúdos do currículo obrigatório, prepara os educandos para a vida, uma vez que se constitui um cenário vivo de interações, expressão de valores e interesses diferentes, que por meio das vivências promove a formação social dos sujeitos, à medida que favorece os processos de socialização.

Para Borsa (2007, p. 1) “a socialização é um processo interativo, necessário para o desenvolvimento, através do qual a criança satisfaz as suas necessidades e assimila a cultura ao mesmo tempo que, reciprocamente, a sociedade se perpetua e desenvolve”. Logo, a socialização é um processo que se inicia desde a infância e que perdura por toda a vida dos sujeitos, se tornando presente e viva no seio de suas interações e das relações que estabelecem com os outros.

Os seres humanos experimentam os processos de socialização desde muito cedo, inicialmente, com sua família. Como Meneghin e Mendes (2020, p. 3), explicam, “o primeiro espaço de socialização de um indivíduo é a família é justamente neste ambiente que as primeiras regras são apresentadas à criança”.

A socialização permite que os indivíduos assimilem e aprendam regras básicas do convívio em sociedade, por meio da interiorização da cultura de determinados grupos ou organizações sociais aos quais pertencem, iniciando pela própria família, ou seja, por seus cuidadores e pelos primeiros aprendizados que constrói com eles. De acordo com Rubin e Burgess (2002, *apud* Petrucci *et. al.* 2016, p. 393),

os atributos pessoais e as práticas educativas desses cuidadores influenciam a qualidade do relacionamento com a criança que, por sua vez, pode afetar o desenvolvimento de comportamentos adaptados ou desadaptados em diferentes ambientes.

A partir dessa compreensão, observamos que os processos de socialização se constituem como processos educativos, à medida que sempre haverá interações, pessoas que ensinam e outras que aprendem. Ramos (2018, *apud* Meneghin; Mendes, 2020, p.4), defende que, “[...] a socialização sempre envolve um processo educativo, e todo processo educativo é

um ato de socialização”.

Logo, educação e socialização comportam significados semelhantes à medida que envolvem comportamentos, hábitos, culturas e aprendizagens. Os processos de socialização vão se desenvolvendo ao longo da vida dos seres humanos conforme estes se relacionam com diferentes organizações sociais, ou seja, primeiramente com a família e em seguida ampliando essas interações nas organizações como a escola, a religião, os meios de comunicação e os grupos de amigos.

Borsa (2007) ainda aponta que a socialização tem como um de seus objetivos a aprendizagem e a distinção do que é correto e do que é incorreto, ou seja, permite que os sujeitos aprendam os conhecimentos relacionados aos valores morais existentes na sociedade, por meio dos quais desenvolvem seus comportamentos.

É por meio dessa construção e interiorização de valores que os indivíduos, desde sua infância, desenvolvem mecanismos de conduta adequados aos grupos sociais em que estão inseridos, à medida que estes grupos estabelecem e julgam formas corretas e impróprias de agir. Dessa maneira, Coll e Palacios (1999, *apud* Borsa, 2007, p.3), asseveram que, “a criança [...] tem que aprender numerosas habilidades sociais que lhe são exigidas desde os primeiros anos de vida”.

Considerando que os processos de socialização são vivenciados desde a infância e que permanecem durante toda a vida, é que podemos refletir acerca de como estes são desenvolvidos no ambiente escolar, quais são os seus impactos, suas consequências e contribuições para a formação dos sujeitos e para seu desenvolvimento enquanto ser social.

Tratando de escola, Pianta, Nimetz e Bennet (1997, *apud* Petrucci *et. al*, 2016, p. 395), argumentam que, “a escola é o segundo contexto que a maioria das crianças frequenta regularmente, representando um espaço de convívio social onde são construídas, principalmente, as interações com os pares e com os professores”.

Na escola, as crianças constroem novos vínculos com colegas e professores, e dessa maneira estabelecem laços afetivos, emocionais e de segurança – na maioria das vezes, mais fortemente com seus professores – o que contribui positivamente para sua adaptação ao novo ambiente.

Ao chegarem na escola as crianças deparam com um ambiente novo, cheio de pessoas, crianças e adultos desconhecidos. Como explica Piaget (1987, *apud* Pinto; Branco, 2009), seu processo de adaptação e de desenvolvimento ao novo ambiente sofre fortes influências das relações que construirá em seu cotidiano, com as pessoas e com o ambiente.



Estes primeiros contatos são essenciais para as futuras vivências dos sujeitos na escola e os acompanharão ao longo da vida escolar e social. Como argumenta Petrucci *et. al.* (2016, p. 396) “[...] as variáveis da escola como o relacionamento professor-aluno e o clima escolar positivos podem contribuir para o desenvolvimento saudável do indivíduo”.

Os processos de socialização ocorrerão independente de serem incetivados, sejam planejados com uma intencionalidade pedagógica ou não. Por isso, é importante que os docentes busquem construir conhecimentos sólidos acerca destes processos visando o desenvolvimento dos sujeitos, para que assim possam promover situações, ambientes e espaços que oportunizem experiências sociais voltadas para a construção do respeito mútuo, autonomia, cooperação, empatia, afetividade, cidadania e atitudes de cuidado consigo, com o outro e com o meio ambiente.

Segundo Pinto e Branco (2009) as interações entre as crianças com os colegas e com adultos na escola sempre estão envolvidas em processos comunicativos e afetivos, carregados em elementos verbais e não verbais. Essas interações propiciam as condições necessárias para o desenvolvimento global do ser humano, bem como contribuem para o desenvolvimento das funções mentais, afetivas e da personalidade. Assim, as relações sociais na escola, promovem o desenvolvimento dos alunos ao mesmo tempo que orientam seus comportamentos.

Para O’Connor e McCartney (2006, *apud* Petrucci *et. al.*, 2016, p. 395), “após a entrada da criança na escola, os professores podem se tornar uma fonte de segurança e apoio emocional, contribuindo para a adaptação dos estudantes ao novo ambiente”. Por isso, é importante considerar que a afetividade com um aspecto essencial para o desenvolvimento da autoconfiança e da autonomia dos sujeitos.

A presença do professor, suas ações de cuidado durante o ano letivo são fundamentais para o desenvolvimento das competências e dos aspectos cognitivos, psicológicos e sociais dos educandos. Vale ressaltar ainda, que nem todos os alunos possuem suporte familiar que atenda às suas necessidades socioemocionais. Nesse sentido, a escola pode atuar como contexto de proteção ao desenvolvimento socioemocional, além de oportunizar momentos de cuidados e ensinamentos voltados para a adaptação social.

A este respeito Borsa (2007, p. 4) assevera que, “[...] a entrada e o percurso pelo âmbito escolar vão constituir para a criança um acúmulo de experiências ricas e interessantes, pois a escola é um microcosmo da sociedade”. Compreendemos, assim, que as interações, vivências e experiências que os alunos desenvolvem no ambiente escolar também proporcionam a construção de novos conhecimentos, visto que neste ambiente estão em constante contato com pessoas diferentes, e a escola em si é considerada um sistema social por possuir uma

organização em seu funcionamento, ser regida por regras e normas, que vão sendo compreendidas à medida que é frequentada.

Assim sendo, a escola não se limita apenas na intervenção, mediação ou transmissão dos conhecimentos científicos organizados, mas também atua e influencia nos aspectos relacionados ao desenvolvimento social de seus educandos e, conseqüentemente, na formação para a cidadania, à medida que aprendem as regras necessárias para o convívio em sociedade e tomam consciência de seus direitos e deveres.

Um ponto importante a ser observado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) são os eixos estruturantes que orientam a Educação Básica, a saber: interações e brincadeiras, que visam garantir que durante o processo educativo e de aprendizagem os alunos se desenvolvam de modo integral, para que sejam capazes de participarem ativamente da construção de uma sociedade melhor para todos, baseada nos conceitos de democracia, justiça e inclusão. Assim, o referido documento define seis direitos de aprendizagem que são essenciais para que ao longo de suas experiências na Educação Básicas, os alunos desenvolvam suas aprendizagens e habilidades.

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento presentes na BNCC são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. A partir das definições desses direitos, podemos perceber que: para que o desenvolvimento integral ocorra de modo efetivo, é necessário muito mais que aprender os conteúdos abordados nas disciplinas em sala de aula, é essencial que os educandos desenvolvam uma série de habilidades relacionadas ao seu desenvolvimento social, que vivam e experimentem a escola e seus espaços.

Depois da família, a escola é considerada o ambiente fundamental para a construção das relações afetivas, o desenvolvimento das competências comunicativas e da identidade, isto porque os processos educativos englobam a formação de sujeitos críticos, socializados e éticos (Borsa, 2007).

Para Durkheim (1975, *apud* Meneghin; Mendes, 2020, p. 1) “[...] o ambiente escolar é um cenário vivo de interações de trocas explícitas de ideias, valores e interesses diferentes”. Neste sentido, é importante também refletirmos acerca da organização do ambiente escolar, conscientes de que este influencia no desenvolvimento e nos processos de socialização das crianças.

Nesse mesmo raciocínio, Rocha e Brito (2017, p. 12) apontam que, “[...] o espaço escolar deve ser um ambiente propício à aprendizagem, e não somente um local onde as crianças permanecem durante um período do dia, sob supervisão de um adulto que dirige e controla a situação”.

Assim, o ambiente escolar necessita estar organizado para que seja possível proporcionar condições básicas para o desenvolvimento da aprendizagem e habilidades. Desta maneira,

[...] o espaço físico é visto como pano de fundo das relações e desempenha um papel importante na aprendizagem, ou seja, o espaço condiciona as relações entre as pessoas e as atividades, o ritmo e o tempo, dependendo do contexto nele organizado, são vistos como um dos elementos fundamentais que garantam o direito à infância e uma educação de qualidade. (Rocha; Brito, 2017, p. 13).

Na garantia do direito à educação o professor é um dos elementos fundamentais na preparação dos espaços e das atividades que possibilitam aos educandos as oportunidades de expressarem sua criatividade e de construir vínculos e interações, bem como de explorar os espaços físicos da escola, o que contribui positivamente para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e de qualidade, facilitando a compreensão sobre os cuidados e preservação do ambiente escolar.

Ainda de acordo com Rocha e Brito (2017) o espaço físico na Educação Infantil tem se tornado cada vez mais um lugar de cuidar e educar as crianças. Por isso, se torna importante pensar estes espaços enquanto locais repletos de significados, que atendam aos desejos e necessidades das crianças, que sejam alegres, atrativos, acolhedores, estimulantes e ricos em materiais diversificados, incluindo brinquedos estruturados e não estruturados, que permitam a exploração, manipulação, investigação e interação.

Concordamos assim que, “um espaço bem organizado provoca a participação das crianças, fazendo-as se sentirem valorizadas, influenciando também na relação entre as crianças e o professor, partindo desse pressuposto de que o ambiente físico influencia nas relações [...]” (Rocha; Brito, 2017, p. 13).

Considerando a complexidade da sociedade atual e os avanços tecnológicos, faz-se necessário que a escola, em todas as suas dimensões, acompanhe as transformações sociais, se mantenha atualizada e capaz de preparar os educandos para a vida em sociedade.

A escola se constitui um ambiente propício para as experiências sociais em todos os seus sentidos, nas interações entre crianças da mesma idade ou com adultos, no convívio, na aprendizagem de valores, na internalização das regras e normas estabelecidas no ambiente escolar, na assimilação dos princípios éticos e morais que regem a sociedade.

#### 4.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA

Podemos iniciar a discussão a respeito da infância a partir da compreensão de seu conceito. Martins (2012), explica que para Rousseau, a infância é uma etapa da vida em que a criança precisa ser respeitada em seu desenvolvimento físico e cognitivo.

De acordo com Martins (2012, p. 83),

Rousseau afirma que precisamos observar e estudar a criança para entendermos seu desenvolvimento. E foi isso que ele fez. Deste estudo surgiu o conceito moderno de infância. A revolução no conceito de infância concebida por Rousseau foi uma verdadeira revolução copernicana no âmbito da pedagogia infantil. Até então se achava que a criança era um adulto em miniatura ou um adulto defeituoso.

Podemos compreender a partir da literatura entorno da história social da infância, que durante muito tempo não foi considerada uma fase da vida. Na Grécia antiga a infância era pensada de modo particular, transparecendo uma imagem de ausência e negatividade. A criança, nesse período, era considerada um adulto em miniatura, um verdadeiro “vir a ser”. Os cuidados que recebiam eram reservados apenas aos primeiros anos de vida, próprios das famílias que possuíam as melhores condições financeiras e sociais.

Ariès (1986) explica a maneira como a imagem, a identidade e o sentimento da infância foram representados nas artes da antiguidade. Para o referido autor, “é mais provável que não houvesse lugar para infância nesse mundo” (Ariès, 1986, p.50), ante aos modos de representação das crianças não com suas expressões particulares, mas como homens em tamanhos reduzidos.

As representações artísticas desta época foram fundamentais por retratarem a vida cotidiana, servindo posteriormente, sobretudo, para as reflexões acerca da criança desta época, contribuindo também para observação dos avanços que ocorreram ao longo dos tempos no que diz respeito a valorização da infância até os dias atuais. Nas referidas representações, não apenas as vestimentas das crianças mostravam sua negação de espaço na sociedade, bem como a maneira como eram incluídas socialmente.

Desde cedo, mais precisamente por volta dos três anos de idade, as crianças já participavam das mesmas atividades dos adultos, como os trabalho pesado no campo, as competições, as cenas de sexo, além de não serem poupadas dos castigos cruéis e muitas vezes espancadas até a morte na frente de outras crianças, sendo assim alvos das atrocidades do mundo adulto, sem censura ou qualquer distinção entre elas e os mais velhos.

Ariès (1986), aponta para a inexistência do sentimento da infância, o que não significa a negligência ou desamparo da criança, pois considera haver diferença entre a existência da ideia da infância e a afeição pelas crianças.

Assim sendo, compreendia-se que,

[...] logo que a criança se mostrava capaz de viver sem a constante solicitude da mãe ou da ama e adquiria um certo grau de discernimento de si e do mundo, se ia incorporando gradualmente na sociedade adulta (Pinto; Sarmiento, 1997, p.35).

Mas, o sentimento de indiferença para com a fase da infância promovia uma concepção de fragilidade. A possibilidade de perda era grande, o que desenvolveu de certa forma, a insensibilidade das pessoas diante dos casos de morte ou abandono de crianças.

No Brasil, a história da infância não é muito diferente, pois apresenta uma longa distância entre o mundo infantil pensado e descrito pelas organizações internacionais, não governamentais e autoridades, tornando visível as discrepâncias entre o que deveria ser a fase da infância e o cotidiano no qual estavam imersas.

A história da construção social do ser criança está fortemente vinculada a vida nas ruas, nos grandes centros urbanos, consequência das recorrentes transformações sociais que impactavam fortemente os mais pequenos, desde muito cedo. As crianças dividiam com os adultos os mesmos espaços e misturavam-se sem nenhuma distinção. Como nas demais sociedades, no Brasil a criança era compreendida como um “adulto em gestação”, expressão utilizada pela autora Mary Del Priore, o que nos leva a refletir sobre os tratamentos cruéis que recebiam.

#### 4.2 INFÂNCIA, ESCOLARIZAÇÃO E MUDANÇAS NA CONCEPÇÃO DE CRIANÇA NO BRASIL

As concepções acerca de criança e infância sofreram mudanças ao longo do tempo. A partir dos estudos sobre essas concepções, entendemos que as alterações em sua compreensão estão associadas ao contexto de cada época. Atualmente, existem leis que asseguram a proteção das crianças e seus direitos, diferentemente de séculos anteriores em que suas vidas, na maioria das vezes, estavam expostas as ruas.

Mary Del Priore (2010) explica que a exposição precoce a vida, a qual eram submetidas as crianças, se devia a ausência da construção de uma vida privada, que neste caso, só foi sendo pensada como possibilidade tempos depois, marcando uma nova fase da sociedade brasileira, que até então, não mostrava nenhum pudor em termos de intimidade e distinção entre adultos e crianças. A autora explica o fato de que tanto a escolarização, como a emergência da vida privada chegaram ao Brasil com atraso.

O Brasil, apoiado inicialmente em uma economia baseada no sistema colonial e, conseqüentemente, em uma tardia industrialização, não abriu muitos espaços para as questões relacionadas a vida privada, que se mostrava uma novidade para um País sem um sistema econômico organizado e que tivesse como demanda a adequação física e mental dos indivíduos para uma nova realidade que se apresentava.

Desde a Colônia, os povos brasileiros sofreram grande influência de Portugal e a educação como os demais processos sociais, não deixou de sentir essas influências. As escolas jesuíticas que se estabeleceram na época, eram poucas e para poucos, seus ensinamentos defendiam os valores e ideias, a fé católica e o poder do Estado.

Somente a partir do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas, foi que o Brasil entrou em um processo de descontinuidade ou "esfriamento", sem romper de fato com Portugal e com seus modos políticos e sociais. Nesse período, no Brasil, ocorre a implantação das reformas pombalinas, métodos de aulas avulsas, na segunda metade do século XVIII.

Ainda durante os séculos XVIII e XIX, as discussões acerca da escolaridade obrigatória foram intensificadas em vários países europeus, colocando em evidência a importância da educação para o desenvolvimento social. Neste contexto, a criança passa a ser o centro dos interesses educativos e começa a ser compreendida como um sujeito de necessidades específicas e cuidados.

Deste modo, a escola torna-se instrumento fundamental de preparação para a integração da criança no mundo dos adultos. Entretanto, a educação pensada para os filhos dos pobres não seria a educação em si, mas a formação ou transformação em cidadãos úteis, capazes de produzir grande parte da mão de obra nas lavouras, enquanto os filhos dos que pertenciam a elite, recebiam uma educação diferenciada com professores particulares. Ainda no século XIX, as camadas subalternas, enxergavam o trabalho como "escola". (Mary Del Priore, 2010).

Apenas no final da Primeira República, em 1930, foi que se começou a perceber de forma lenta e gradativa, o desenvolvimento de um pensamento pedagógico para a educação com uma identidade brasileira, levando em conta a realidade do País. Um dos intelectuais de destaque nesse cenário foi Anísio Teixeira.

O pensamento do autor veio como uma adaptação do que almejava a pedagogia de John Dewey, porém Anísio Teixeira foi capaz de discerni-la e reelaborá-la, desenvolvendo uma forma própria de aplicá-la no contexto educacional brasileiro, buscando a concretização de uma educação pública e gratuita, que permitisse o acesso de todos independente de suas condições sociais e econômicas.

Neste sentido, defendia uma educação integral e de tempo integral, de modo que todos que frequentassem a escola pudessem receber uma educação que se aproximava da Paidéia grega, que englobava o desenvolvimento dos aspectos motores, cognitivos, psicológicos, emocionais, espirituais, em geral. Uma educação universal, que além dos conhecimentos científicos pensasse na construção da cidadania dos sujeitos.

O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932, é um documento que marca essa época, “tratava-se da luta de um grupo de intelectuais em prol da escola pública objetivando uma revalorização da educação. Idealizava a reforma social por meio da reforma educacional” (Darius; Darius, 2018, p. 38). Nesse contexto, podemos observar o surgimento de novas concepções acerca da criança, que passa a ser vista como centro dos processos de aprendizagem.

A nova concepção de escola apresentada no documento transparece sua essência reativa à escola tradicional e sua tendência passiva, verbalista e intelectualista. Para Darius e Darius, (2018, p. 39), “a preocupação com as necessidades psicobiológicas do indivíduo e a importância do estímulo constante na educação das crianças” marcam fortemente o pensamento movimento escolanovista, que traz como proposta a atividade educativa espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação dos interesses dos estudantes, o qual impulsiona a luta pela universalização da educação para todos.

Não apenas o olhar sobre a infância e a educação se transformaram ao longo do tempo, como também emergiram políticas para assegurar os direitos das crianças e sua proteção integral. Como exemplos mais recentes destas políticas, temos a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990 e a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que garante a criança o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de sua proteção.

O ECA se constitui uma legislação importante para a garantia dos direitos da criança e dos adolescentes do Brasil, além de estabelecer medidas preventivas de identificação, denúncia e atendimento às vítimas de abuso, exploração ou violência, tendo como objetivo promover a segurança e o acolhimento dos sujeitos. As medidas estabelecidas nesta legislação são essenciais para assegurar a integridade física, mental e emocional dos menores, à medida que proporcionam proteção para que cresçam livres do medo e da violência, dando-lhes assim, condições para que exerçam sua cidadania.

## 5 PERCURSO METODOLÓGICO

Para iniciar o percurso metodológico, primeiramente, faremos uma breve conceituação do que significa conhecimento científico e pesquisa científica adotada nesta pesquisa. Segundo Barros (1990, p. 11) “o conhecimento é a tomada de consciência de um mundo vivido pelo homem e que solicita uma atitude crítico-prática, envolvendo o mundo sensível, perceptível e intelectual do ser pensante”. A partir dessa afirmação, compreendemos que o conhecimento se trata da capacidade do homem perceber e agir sobre a realidade.

O conhecimento refere-se a tomada de consciência que possibilita ao homem a observar determinadas situações, compreendê-las e a partir delas, desenvolver e refletir suas práticas. Enquanto práxis, o conhecimento é uma ação teórico-prática e prática-teórica, pois realiza esse movimento de ação-reflexão e reflexão-ação, considerando que, para conhecer não basta observar ou visualizar o objeto, mas estabelecer uma relação, uma “coexistência”.

Desde as primeiras sociedades, os seres humanos constroem conhecimento conforme as demandas de seu tempo. Os modos de vida e a busca pela sobrevivência se tornaram aspectos culturais que transcenderam de geração em geração até os dias atuais, desde as armas confeccionadas artesanalmente para a caça, até as tecnologias mais avançadas que possuímos hoje, o conhecimento permeia a vida humana.

O conhecimento científico se desenvolve gradualmente, pois se trata do aperfeiçoamento do conhecimento comum, processo que demanda procedimentos metodológicos organizados para explicar de maneira fundamentada aquilo que se defende acerca de determinado objeto ou realidade. Ao contrário do conhecimento comum, o conhecimento científico tem como base os fatos, é analítico, verificável e organizado de maneira sistemática, além de ser dinâmico, conforme proporciona investigações sobre novos fatos e reflexões sobre descobertas já comunicadas ou existentes.

A escolha do método mais adequado para cada tipo de pesquisa depende do objeto de estudo do pesquisador, do que pretende com a pesquisa, do tempo que dispõe para realizá-la e do meio social que está ocorrendo.

No campo das ciências da educação, especificamente, é fundamental considerar que os pesquisadores, além de conhecerem as diferentes possibilidades e recursos de pesquisa, compreendam também as diferenças que existem entre as abordagens quantitativa e qualitativa.

As pesquisas de abordagem quantitativa, de um modo geral, baseiam-se em dados visíveis e verificáveis, enquanto a abordagem qualitativa compreende e considera importante



o estudo e a interpretação dos fenômenos humanos e sociais, isso inclui um estudo aprofundado sobre as relações humanas, seus significados, valores, crenças, organização, ação, aspirações, entre outros aspectos.

Apesar das diferenças entre as duas abordagens, estas não opostas, pelo contrário podem ser utilizadas como complementares. As pesquisas em educação são essencialmente qualitativas, pois buscam interpretar a essência do fenômeno estudado, sem descuidar de procedimentos metodológicos rigorosos, ou seja, busca compreender os diversos aspectos, nem sempre visíveis dos fenômenos estudados, e por considerar os aspectos relacionados ao ser humano, as suas relações sociais.

Ante ao exposto, compreendemos que a pesquisa se refere a uma atividade complexa realizada em todos os momentos da vida do sujeito. Segundo Tozoni-Reis (2009, p.9-10) "pesquisar é produzir conhecimento para a ação". Ação essa que visa um processo de reflexão crítica dos sujeitos perante um objeto que precisa ser conhecido.

A pesquisa ora desenvolvida partiu inicialmente de um levantamento bibliográfico, no qual buscamos entender através da leitura da produção de diversos autores, as contribuições da escola nos processos de socialização dos sujeitos e na formação da criança enquanto ser social, considerando que a escola se constitui como espaço fundamental para o desenvolvimento integral dos educandos.

O levantamento bibliográfico que serve de apoio para o desenvolvimento de boa parte desta pesquisa, tem sua importância no sentido defendido por Tozoni-Reis (2009, p.25) quando argumenta que,

[...] em todas as pesquisas, inclusive nas experimentais, que não são muito próprias das ciências humanas e sociais, o pesquisador precisa buscar na bibliografia especializada conhecimentos científicos e até informações menos sistematizadas que se relacionam ao seu estudo.

Nesse sentido, o levantamento bibliográfico propõe uma fundamentação sólida sobre o objeto que se pretende investigar. Para Tozoni-Reis (2009) o levantamento bibliográfico permite a identificação e a coleta de obras, publicações, artigos, entres outras produções referentes ao objeto de pesquisa, e a reunião desses materiais auxiliam o pesquisador na compreensão mais aprofundada de seu objeto de estudo à medida que proporciona apropriação dos conhecimentos.

Em seguida, desenvolvemos uma pesquisa de campo, na qual buscamos identificar como a escola tem abordado os aspectos sociais de seus educandos, que atividades são desenvolvidas pelos docentes visando favorecer o desenvolvimento dos referidos aspectos, considerando sempre a sociedade em que estamos inseridos e suas demandas.

No tocante a pesquisa de campo, nos apoiamos na definição de Severino (2003, p. 107) quando explicita,

na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

Desta maneira, para compreender como ocorre os processos de socialização dos educandos no ambiente escolar e as atividades que os beneficiam em termos de sua formação social, escolhemos como *lócus* de pesquisa uma creche da rede de ensino municipal da cidade de Cajazeiras – PB.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da abordagem qualitativa, buscando compreender os sujeitos, suas relações e significados dos processos de socialização que ocorrem no âmbito escolar. Sobre a abordagem qualitativa, Tozoni-Reis (2009, p. 25) explica que,

por pesquisa qualitativa entendemos uma modalidade segundo a qual a compreensão dos conteúdos é mais importante do que sua descrição ou sua explicação. Isso significa dizer que, nas ciências humanas interessa muito mais desvendar os significados mais profundos do observado do que o imediatamente aparente.

Buscando captar os sentidos e as formas como ocorrem a socialização dos discentes no ambiente escolar, foram feitas observações com os estudantes da creche, campo de estudo, na tentativa de entender as relações que ocorrem neste espaço, sua importância para o desenvolvimento integral dos educandos, para sua formação e cidadania.

A partir dessas observações, voltamos nosso olhar para as docentes atuantes nas turmas escolhidas: Infantil I, Infantil II e Infantil III, objetivando compreender melhor como as docentes percebem as interações de seus alunos, seus processos de socialização, e quais atividades, projetos, programas a escola desenvolve, que estejam voltados para o diálogo, para a socialização e a construção de relações saudáveis dos educandos.

Para viabilizarmos a produção dos dados, utilizamos uma entrevista semiestruturada, pois consideramos que esta é a técnica mais adequada e compatível com o percurso metodológico e com os paradigmas epistemológicos que adotamos. Para Severino (2013, p. 108), a entrevista se constitui numa,

técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

Deste modo, as entrevistas ocorreram em duas etapas: na primeira etapa, aplicamos uma entrevista com 03 (três) docentes da instituição escolhida, as quais denominamos como: Professora 1, Professora 2 e Professora 3, com questões voltadas para sua compreensão sobre as relações entre os alunos e seus pares, e como intervém nessas relações, além de averiguar como tratam as questões relacionadas ao respeito mútuo, a autonomia, a cooperação, a moral, a empatia, a afetividade, ao desenvolvimento social e as atitudes de cuidado consigo, com o outro e com o meio em que vivem.

Na segunda etapa, aplicamos uma entrevista com 03 (três) mães, que denominamos: Mãe 1, Mãe 2 e Mãe 3, buscando compreender as mudanças de comportamentos que as crianças passaram a apresentar a partir do momento que começaram a frequentar a escola, se ocorreram mudanças em suas interações, assim como as atitudes que as crianças demonstram que podem ser consideradas aprendizados para seu desenvolvimento social, como respeito, cuidado, solidariedade, empatia, melhorias na fala, na comunicação, resolução de conflitos, interação com outras crianças e com adultos.

As questões da entrevista foram abertas, constituídas de 03 (três) temas, procurando identificar de maneira mais profunda o que os professores pensam sobre a temática do estudo, oportunizamos que os docentes elaborassem suas próprias respostas. Do mesmo modo, realizamos a entrevista com os pais, objetivando coletar as informações necessárias e suas percepções acerca do desenvolvimento social de seus filhos.

O roteiro de entrevista foi testado com um pequeno grupo de sujeitos, antes de ser aplicada com o público alvo da pesquisa, de modo que pudemos identificar as possíveis necessidades de ajustes. Os participantes receberam o Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que explicava os objetivos da pesquisa e assegurava a proteção de suas identidades, dos dados coletados, bem como as condições de não haver despesas e remuneração para realização da pesquisa e o contato dos responsáveis, atendendo, assim, aos padrões éticos estabelecidos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais dispõem sobre as diretrizes e normas para a regulamentação das pesquisas que envolvem seres humanos.

## 6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A descrição e análise de dados da pesquisa consiste na busca pela compreensão das informações coletadas através das entrevistas realizadas, tendo em vista obter conhecimentos sobre a realidade que se apresenta, por meio do contato com a área e com o tema de estudo. Assim, diante dos dados coletados, foi possível identificar e entender melhor como a escola tem contribuído para a formação da criança enquanto ser social.

A pesquisa foi desenvolvida tendo como pressuposto o seguinte percurso metodológico: iniciamos com um levantamento bibliográfico sobre o tema em estudo. Após a realização das leituras e estudos, realizamos uma observação na escola, lócus de pesquisa, com o objetivo de conhecer a rotina das professoras com os alunos, identificar as atividades cotidianas e os projetos desenvolvidos na escola que incentivam a socialização dos estudantes.

A etapa de observação na escola durou três dias e foi realizada nas três turmas disponibilizadas para o desenvolvimento do estudo, a saber: Infantil I, Infantil II e Infantil III. De posse das informações obtidas por meio da observação, fizemos uma pesquisa de campo de caráter exploratório, numa abordagem qualitativa, numa creche da rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental da cidade de Cajazeiras - PB. Para este estudo, utilizamos como instrumento de produção de dados uma entrevista semiestruturada.

As entrevistas foram realizadas com pessoas que puderam expressar suas percepções sobre o dia-a-dia dos educandos na creche, bem como os aprendizados sociais que adquirem por meio das experiências no ambiente escolar e como estes aprendizados têm contribuído para o desenvolvimento dos aspectos sociais das crianças. Desse modo, o estudo teve seis sujeitos de pesquisa, sendo 03 (três) docentes que atuam na Creche e 03 (três) mães de alunos.

Após a realização das entrevistas, seguiu-se a análise das informações coletadas, a partir das respostas obtidas com os sujeitos, sobre os seguintes temas de investigação:

Tema 1 - Interação social da criança na escola;

Tema 2 - Atividades de incentivo à socialização da criança;

Tema 3 - Aprendizagens e o desenvolvimento social dos educandos.

A seguir são descritos e analisados os dados obtidos com os sujeitos colaboradores da pesquisa. Vale ressaltar que, os dados foram analisados de acordo com os pontos mais pertinentes das falas das docentes e das mães entrevistadas, desconsiderando as falas ou argumentações repetidas durante a realização da entrevista.

No primeiro tema, denominado **interação social da criança na escola**, buscou-se compreender como ocorre a chegada das crianças na escola, como se dá o processo de adaptação e de socialização nesses primeiros momentos. Assim, procuramos entender as principais dificuldades de adaptação, bem como as possibilidades de superação dessas dificuldades a partir das vivências na escola, além de identificar as atividades propostas e as mudanças de comportamentos que podem ser observadas ao longo do ano.

A respeito dos processos de adaptação Costa (2016, p. 5) argumenta que,

a adaptação pode ser entendida como o esforço que a criança realiza para ficar bem, no espaço coletivo, povoado de pessoas grandes e pequenas desconhecidas. Onde as relações, regras e limites são diferentes daqueles do espaço doméstico a que ele está acostumado.

Desse modo, a adaptação na escola é um dos primeiros desafios a serem enfrentados pelas crianças, pois consiste no momento em que se deparam com um novo ambiente, com adultos e outras crianças, diferentes das que costumavam ter em seu convívio familiar. Por isso, é compreensível que as crianças sintam dificuldades para se habituarem a esse novo cenário: a vida na escola.

A partir desse entendimento, buscamos inicialmente saber das docentes e das mães, quais são as dificuldades que as crianças apresentaram ao chegar na escola. Sobre essa indagação uma das docentes entrevistadas destacou:

[...] Especialmente, agora depois do período pandêmico as crianças demoraram mais no processo de adaptação [...] teve deles que precisou de 3 meses para conseguir se ajustar no novo espaço fora de casa, e esse era um comportamento que foi atípico ao que a gente costumava ter, em que a criança em 15 dias, um mês, já se habituava ao espaço escolar. Então, quando ela chega, a maioria apresenta dificuldade, apresenta o choro e a necessidade de um objeto que lembra em casa, até que ela reconheça este espaço (Professora 2, 2023).

A docente destaca a adaptação escolar como um processo que demanda tempo. Nesse aspecto, em particular, podemos perceber que a docente explica como a pandemia do Coronavírus em 2019 (COVID-19), afetou o processo de adaptação das crianças, ou seja, o tempo de reclusão em casa com os seus familiares, em tempos pandêmicos, dificultou consideravelmente a adaptação das crianças na escola.

Na entrevista com as mães, pudemos destacar em uma das falas as dificuldades enfrentadas por uma criança no início do ano letivo:

Ele tinha muita timidez, tinha atraso de fala, ele não falava praticamente nada quando ele começou a ir pra escola. Ele tinha dificuldade na interação com outras crianças. Sempre ficava na dele, quietinho (Mãe 2, 2023).

Diante da fala da entrevistada, podemos perceber que a criança chegou à escola com algumas dificuldades que envolvem para além da adaptação ao novo contexto, seus aspectos sociais, quando relata o atraso de fala e a timidez, que são fatores que prejudicam a

comunicação e, conseqüentemente, a socialização da criança com seus pares, seus professores e cuidadores, bem como sua relação com o próprio ambiente escolar.

Como observam Menon e Corso (2008, p. 3),

a adaptação infantil, exige das crianças a convivência em uma instituição infantil, na qual precisam se socializar e interagir, tanto com os colegas de classe, quanto com os profissionais, com a necessidade de se comportarem de maneiras diferentes.

Desse modo, se pode compreender a educação infantil como uma etapa fundamental para o desenvolvimento da criança e das habilidades de socialização e interação.

Ao perguntar as mães, se conseguem observar mudanças ou superações, ao longo do ano, das dificuldades vivenciadas pelas crianças no período de adaptação, com relação ao desenvolvimento da socialização na escola, uma das mães entrevistadas se referindo à interação da filha no ambiente escolar, esclareceu que:

[...] quando ela entrou na creche, ela praticamente não interagiu com os cuidadores, com nenhuma das crianças, ela era muito reclusa no mundinho dela, fechadinha ali naquele mundinho, com os “costumezinhos” dela [...] com a rotina dela. E eu tenho observado melhora nela, tanto na interação social como também em todo contexto; desenvolvimento físico, motor dela. A creche tem contribuído bastante para isso. Eu estou muito feliz por ela hoje está na creche e de ter conseguido seguir o conselho dos médicos, porque não foi fácil para mim colocar ela lá (Mãe 1, 2023).

Partindo dessa fala, compreendemos que na escola, a criança encontra possibilidades de desenvolver suas habilidades cognitivas, afetivas, psicomotoras e sociais, além de ampliar suas interações na medida em que vivencia um ambiente repleto de estímulos.

Se referindo a chegada das crianças, aos seus primeiros momentos no ambiente escolar e a adaptação da família, Costa (2016, p. 6) explicita que,

os momentos iniciais na creche exigem sempre um esforço de adaptação da criança, da família e daqueles que assumem seus cuidados. Diante disso fica claro que a adaptação é um momento ímpar na vida de cada um, desse modo cada criança poderá apresentar reações diferentes nas mais diversas formas de expressar-se diante dessa nova fase.

Assim sendo, compreende-se que a família também enfrenta dificuldades durante o processo de adaptação escolar das crianças, visto que, muitas vezes, esses responsáveis se sentem inseguros em deixar seus filhos na escola sob os cuidados de outras pessoas que não fazem parte de seu contexto familiar. Podemos identificar esse aspecto na fala da participante anterior, que explica ter colocado a criança na creche após ser aconselhada por um profissional.

Costa (2016, p. 6) considera que “a criança se adaptará a escola à medida que todos tenham a consciência de sua participação e implicação neste importante processo”. Assim, cabe ressaltar a importância do diálogo entre pais, educadores, gestão e demais profissionais

que acompanham as crianças, a fim de superar seus medos e dúvidas nos primeiros momentos de adaptação na escola.

No processo de adaptação as crianças desenvolvem as primeiras formas de interação e de socialização na escola. Pinto e Branco (2009, p. 515) apontam que, “as interações sociais são o meio propício para a emergência da individualidade e condição necessária para o desenvolvimento global do ser humano, estando na base do desenvolvimento das funções mentais superiores, da afetividade e da personalidade”.

Dessa forma, compreendemos que a interação das crianças contribui significativamente para o desenvolvimento dos processos de socialização, uma vez que, por meio das interações as crianças constroem sua individualidade ao tempo em que observam e aprendem padrões sociais com os demais colegas, e que são necessários a boa convivência.

Como cita Borsa (2007, p. 2), “o processo de socialização é uma interação entre a criança e seu meio”, logo a socialização envolve as individualidades dos sujeitos, ao tempo que estes convivem com outros, compartilham espaços e participam ativamente da construção de suas aprendizagens.

Considerando que o desenvolvimento é um processo singular, vivenciado por cada indivíduo de forma única, é necessário entender as particularidades dos sujeitos. Como afirma Pinto e Branco (2009, p. 513) “a singularidade do sujeito precisa ser considerada: nenhuma pessoa vivencia uma experiência de forma idêntica à outra, mesmo que o contexto sociocultural seja semelhante, ou que algumas características individuais sejam compartilhadas”.

Nesse sentido, uma docente, ao falar das atividades que propõe em sala de aula, explicou:

[...] eu observo muito as necessidades e vou atendendo individualmente, procurando estratégias para lidar com as crianças a partir das necessidades que ela apresenta (Professora 2, 2023).

É notório em sua fala, a importância de pensar não apenas sobre os conteúdos que obrigatoriamente devem ser abordados, mas também observar as crianças, buscando refletir estratégias para a superação de suas dificuldades e o atendimento as suas necessidades, meios desenvolvidos que auxiliam na construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de sua autonomia e de aprendizagem significativa.

Nesta perspectiva, indagamos as docentes se em suas aulas são priorizadas atividades que tenham como proposta a superação das dificuldades de socialização e a construção de autonomia. Uma das docentes entrevistadas relatou:

Trabalhamos diariamente na rodinha de conversa as regras de convivência e os cuidados que devemos ter consigo, com os outros e com o mundo, para viver em harmonia na escola e na sociedade; e a gente tenta desenvolver atividades onde as crianças possam conhecer e respeitar as diferenças entre as suas identidades e autonomia (Professora 1, 2023).

Destacamos nessa fala a importância do diálogo na relação professor-aluno, quando a docente relatou que realiza rodas de conversas com seus educandos, a fim de trabalhar temas como respeito, cuidados e autonomia, entre outros elementos fundamentais para o desenvolvimento da criança e de sua formação como ser social.

Nesse sentido, adentramos no segundo tema que orientou a entrevista, denominado **atividades de incentivo à socialização da criança**, no qual procuramos identificar se a escola possui projetos, programas ou atividades específicas para o desenvolvimento social dos educandos. Além disso, se as atividades desenvolvidas no cotidiano da sala de aula incentivam as interações, a construção da identidade, a autonomia, o respeito, os cuidados consigo, com o outro e com o mundo. Finalmente, se a rotina com as crianças envolve o estabelecimento de combinados e regras de convivência e se há espaços organizados para o desenvolvimento de brincadeira que proporcionem a interação entre os alunos nos processos formativos.

A este respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB/ 9.394/96) menciona em seu Art. 1º que,

a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Assim, a escola como instituição educacional, promove o ensino formal que por sua vez, demanda uma prática sistematizada para o alcance de objetivos específicos, por isso requer dos que nela atuam o desenvolvimento de ações e atividades permeadas de intencionalidade (Pinto; Branco, 2009).

Nessa perspectiva, buscamos averiguar se a escola possui projetos voltados para a socialização, que possibilitem o protagonismo das crianças, assim como a ampliação de suas interações e os aprendizados sociais. A esse respeito, as docentes entrevistadas argumentaram que:

Sim, temos projetos que trabalham a identidade, autonomia, o respeito à cidadania, temos também o LERARTE, o tempo de aprender, entre outros que estimulam de maneira positiva o seu desenvolvimento social (Professora 1, 2023).

Nós não temos um projeto específico, nós discutimos questões relacionadas à socialização das crianças no planejamento, [...] a gente traz as necessidades e as dificuldades encontradas [...] e a partir dos conteúdos que são definidos, a gente pensa as atividades. Geralmente no início do ano o nosso foco é 100% socialização, ajustar a criança ao espaço escolar. Então, as nossas atividades estão muito voltadas pra isso, para esse reconhecimento do espaço, essa relação com o outro, esse ajustamento a rotina, que a criança consiga compreender esse processo de



rotina, de chegar, trocar a roupa, do lanche, do brincar, do parque do banho, do descanso depois do lanche da tarde, do brincar, do banho, do jantar, até a hora de ir para casa [...] (Professora 2, 2023).

Sim, projeto Palavra Cantada e rodinha de conversa (Professora 3).

Como podemos observar nessas falas, os processos de adaptação e socialização vão ocorrendo concomitantemente, à medida que a criança vai percebendo e sentido que o espaço escolar agora faz parte de sua vida. Percebe também que nesse ambiente pode interagir e compartilhar momentos com outras crianças, enquanto o estabelecimento da rotina possibilita que se reconheça nesse novo espaço.

Em outro momento da entrevista, uma das professoras explica de que maneira, juntamente com suas colegas têm proposto momentos de socialização por meio do projeto “Palavra Cantada”, mencionado anteriormente, argumenta:

[...] A gente escolhe uma cantiga de roda ou então escolhe uma música, e vai a partir da musicalização, de acordo com os níveis [...], fazer uma ação coletiva, em que as crianças estão ali interagindo, apresentando para as outras crianças. Essa atividade coletiva está sendo feita a cada 15 dias, já é uma outra perspectiva, um outro olhar, porque não é o brincar livre no parque, nem é uma apresentação que vem de fora para criança, são as crianças que estão ali, dançando, brincando para os outros, para os outros acompanhar e também interagir, é uma perspectiva, tá dentro da socialização, da convivência dela, essa compreensão do que é o mundo (Professora 2, 2023).

Considerando que toda e qualquer atividade desenvolvida na escola necessita, como assegura a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de uma **intencionalidade pedagógica**, presume-se que, necessita também de organização entre os sujeitos envolvidos (professores e educandos). Dessa maneira, perguntamos sobre o estabelecimento de regras e combinados, que favoreçam o desenvolvimento das atividades pedagógicas e que visem também a formação social dos alunos. Diante da pergunta, uma das professoras explica:

[...] Os combinados e as regras de convivência fazem parte da nossa rotina diária, onde trabalhamos e exploramos todos os dias nas nossas rodinhas de conversa (Professora 1, 2023).

Ao ser indagada se conseguia observar o desenvolvimento de atividades que promovam as interações, a construção da identidade, a autonomia, o respeito mútuo e o estabelecimento de regras de convivência na escola, uma das mães entrevistadas relatou:

[...] Ele fala muito “tem que respeitar as tias”, “tem que respeitar os coleguinhas”, ele sempre diz por favor antes de pegar o brinquedo; e autonomia, eles permitem que eles façam muitas coisas sozinhos, comer, lavas as mãos tomar banho [...], ele sempre diz que tem que pedir por favor para pegar os brinquedos (Mãe 2, 2023).

É perceptível, por meio da fala da criança relatada pela mãe, que em sala de aula há o incentivo ao respeito, ao compartilhamento de brinquedos, aos cuidados com os outros e com o meio ambiente. Também percebemos que uma das atividades propostas pelas professoras para a discussão desses temas são as rodas de conversa.

As rodas de conversa estimulam o desenvolvimento da linguagem, da oralidade, da expressão e da interação das crianças, ao mesmo tempo que se constitui um espaço de valorização de seus saberes.

Uma das mães relatou que consegue observar por meio dos registros das atividades desenvolvidas, em fotos e vídeos que as docentes compartilham nos grupos de WhatsApp da turma, o desenvolvimento de atividades que incentivam a socialização das crianças, ao falar que,

[...] devido os vídeos que eles enviam para a gente, na maioria dos vídeos têm interação, eles estão brincando, um correndo, o outro esperando, “agora é a vez dele”, “vai” “espera”, ensinando também a ter paciência, a aguardar, a saber quando é sua vez, e nisso ensinando também o respeito com o outro. Através disso, de uma brincadeira onde um espera enquanto o outro corre, já está ensinando a ter respeito pelo outro “agora não é minha vez, agora é a vez do coleguinha e eu tenho que esperar e respeitar, porque é o momento dele brincar”. Então, tudo isso é ensinando a eles ter respeito, ensinando a ter um convívio social [...] (Mãe 1, 2023).

Na fala dessa mãe fica demonstrada a importância das vivências e do aprender por meio das experiências, que segundo a BNCC são direitos da criança, bem como o que dispõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), em seu artigo 9º, que se refere as interações e as brincadeiras como os eixos estruturantes das práticas pedagógicas. Nesta mesma perspectiva, uma professora explica:

Através de brincadeiras, jogos, musicalização, na qual a criança se conecta com o outro aprendendo as regras e a lidar com seus limites, acredito que ao brincar a criança desenvolve sua identidade e autonomia (Professora 3, 2023).

Brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer, fazem parte da educação infantil e possibilitam os conhecimentos sobre si e sobre os outros, o protagonismo, a autonomia, a construção da identidade pessoal, social e cultural das crianças, além do desenvolvimento de muitas outras habilidades.

Ao serem questionadas se as atividades desenvolvidas no dia-a-dia da sala de aula, incentivam as interações, a construção da identidade, a autonomia, o respeito, a cidadania, os cuidados consigo, com o outro e com o mundo, as professoras mencionaram:

Sim, todas as atividades desenvolvidas no cotidiano em sala de aula influenciam de maneira positiva na construção sobre os seus aspectos individualizados com o outro e o mundo (Professora 1).

A própria estrutura da creche já é para favorecer o processo de autonomia da criança, então o nosso trabalho vai nessa linha do incentivar a criança a começar a aprender a vestir sua roupa, a guardar a roupa, na hora da disputa por um mesmo brinquedo, que nessa disputa se eles não conseguem resolver entre si, que eles comuniquem a professora ao invés de bater, morder, puxar cabelo, enfim, entrar em conflito; em vez de entrar em conflito que eles levem isso para a gente resolver, então a gente estimula que eles consigam fazer isso e o espaço do parque é um dos espaços em que esse estímulo da socialização, da integração, da criação de brincadeiras conjuntas deles fica mais evidente. (Professora 2, 2023).

As atividades de interação com as crianças buscam construir percepções sobre si mesma e sobre os outros (Professora 3, 2023).

É possível perceber semelhanças nas falas das 03 (três) professoras, quando demonstram a articulação do trabalho que desenvolvem com os eixos estruturantes da Educação Infantil.

De acordo com a BNCC (2018),

a interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (Brasil, 2018, p. 37).

Ainda sobre as brincadeiras e atividades desenvolvidas na escola, que visam o desenvolvimento de aprendizagens/habilidades sociais, relacionadas aos cuidados consigo, com o outro e com o meio ambiente, uma mãe destaca:

Ele teve a semana do meio ambiente, ele ainda fala muito disso [...] ele fala muito que as pessoas jogaram lixo no açude, que os peixinhos ficaram doentes, toda vez que a gente fala em açude, ele fala sobre isso. Eu acredito que é uma coisa que ele vai levar pra sempre, foi uma coisa que chocou ele, jogar lixo dentro do açude (Mãe 2).

É importante considerar que para a realização das brincadeiras e atividades desenvolvidas pelas docentes com seus alunos, faz-se necessária a organização dos espaços educativos. Segundo Rocha e Brito (2017, p. 19) “qualquer ambiente escolar deve contribuir para uma aprendizagem de qualidade”.

Nesse sentido, a estrutura da escola em si, seus espaços internos e externos, e os materiais de uso pedagógico, necessitam serem organizados a fim de promover uma aprendizagem significativa e os sentimentos de acolhimento, pertencimento e conforto.

Ao se referir ao espaço físico geral da escola, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998) assegura que,

a estruturação do espaço, a forma como os materiais estão organizados, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo. Espaço físico, materiais, brinquedos, instrumentos sonoros e mobiliários não devem ser vistos como elementos passivos, mas como componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares da aprendizagem. Sua presença desponta como um dos indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade em instituição de educação infantil (Brasil, 1998, p. 68).

Diante disso, compreendemos que o espaço físico, os brinquedos, os materiais e os recursos pedagógicos disponíveis na escola, precisam ser trabalhados explorando as potencialidades que oferecem no espaço em que a criança está inserida, para que ocorra a mediação de sua aprendizagem, que vai de encontro a intencionalidade pedagógica.

Ao serem questionadas se a escola possui espaços organizados para o desenvolvimento de brincadeira que proporcionem a interação entre os alunos, o diálogo, a resolução de conflitos, uma das docentes entrevistadas destacou:

Nós temos o espaço da creche, temos o espaço do parque, o espaço da brinquedoteca, que é usada uma vez por mês. No espaço da brinquedoteca além da TV, nós temos brinquedos livros, tem uma série de objetos que as crianças escolhem para brincar ou a gente organiza, separa em grupos e faz a rotatividade entre as atividades e são momentos bem coletivos, assim como o parque, que é um momento bem coletivo (Professora 2, 2023).

As vivências das crianças nos espaços da escola, as relações que estabelecem com esse espaço marcam sua trajetória durante a Educação Infantil. Por isso, é importante que as escolas disponham de espaços que possibilitem a convivência, pois é através da experiência das crianças nesses espaços que a compreensão de uma vida em sociedade, de forma coletiva, se inicia.

Considerando o espaço disponível na escola, os materiais e a organização para apresentação dos temas de estudo, em rodas de conversas, questionamos as docentes se consideram importante pensar em projetos mais específicos, que sejam voltados para o desenvolvimento social das crianças. A este respeito, enfatizaram:

[...] Considero importante ações como: projetos e atividades lúdicas onde as crianças possam aprender brincando sobre a construção da identidade, autonomia, o respeito, a cidadania, cuidado consigo, com outro, com o mundo e eu consigo desenvolver e observar os avanços que a minha turma consegue enviar através dessas habilidades desses projetos (Professora 1, 2023).

[...] Entre as ações que eu considero fundamental no trabalho com as crianças, voltados para a socialização, é indispensável que as crianças tenham acesso ao espaço aberto para que elas brinquem livremente, o espaço da brincadeira livre, porque no momento da brincadeira livre o professor está ali observando, está ali acompanhando esse momento, na brincadeira livre a criança manifesta uma série de coisas, uma série de questões, além de traços de sua personalidade, ela também, através do processo de imitação, ela vai trazer elementos do seu social, ela vai trazer elementos do ambiente comunitário em que ela vive, vai trazer elementos do ambiente familiar para a brincadeira, a simulação, ali então nós conseguimos aprender, compreender e observar vários elementos [...] (Professora 2, 2023).

Através da socialização ocorre a troca de experiências entre eles, na qual permite que as crianças ampliem o aprendizado, através também de jogos, musicalização, brincadeiras que potencializam sua aprendizagem de maneira significativa e autônoma (Professora 3).

É importante destacar nas falas acima, que as professoras demonstram estar conscientes de que é por meio do brincar, das atividades que propõem e do próprio ambiente escolar, que os aprendizados para a vida acontecem.

Uma das professoras cita o **brincar livre**, como uma proposta que beneficia não apenas as crianças, ao se sentirem livres para expressar, explorar, mas também por se constituir em um momento propício para a observação das dificuldades das crianças, sejam relacionadas ao desenvolvimento global/motor ou dificuldades de se socializar com outras crianças.

Assim, para que as dificuldades sejam trabalhadas, antes devem ser individualmente identificadas, para que se possa pensar e refletir propostas de superação. Nesse ponto, a observação torna-se uma ferramenta importante para identificar as demandas particulares dos educandos.

Considerando que a escola constitui um lócus privilegiado de interação social em que as crianças se relacionam com seus pares e aprendem a conviver com outras pessoas, além do meio em que vivem, chegamos ao terceiro tema, no qual denominamos **aprendizagens e o desenvolvimento social dos educandos**.

Neste tema, visamos compreender como os aprendizados adquiridos na escola podem ser reproduzidos em casa, na interação com os pais, com a família e demais pessoas que convivem com as crianças.

Questionamos primeiramente as docentes, se as crianças reproduzem em sala, comportamentos, falas ou atitudes, que podem ser consideradas frutos de aprendizados sociais, construídos na escola. Sobre tal questionamento, as docentes apontaram que:

É possível notar que as crianças reproduzem os nossos combinados através das falas deles, como por exemplo, as palavrinhas mágicas, desde o bom dia ou boa tarde, boa noite, com licença, muito obrigado até mesmo o me desculpe durante ou nas suas atitudes e ações e os cuidados consigo e com os coleguinhas [...] foi muito marcante na realização do projeto da Páscoa Solidária, onde cada criança pôde contribuir partilhar o seu alimento com o próximo, aprendendo sobre o verdadeiro significado da Páscoa e fazendo a Páscoa de uma família carente feliz [...] (Professora1, 2023).

Tenho uma das alunas que a chamo de “professora” [...], eles imitam muito a gente, percebem os comportamentos “não pode ficar dando língua para o colega” “não pode morder” “você sabe falar, por que que você vai morder?” eles reproduzem a fala, explicam bem direitinho e vão mesmo no outro e diz que não pode fazer isso “você sabe que não pode” (Professora 2, 2023).

Ao citar um momento que considerou marcante, ao perceber as crianças repetindo comportamentos e aprendizados voltados para o cuidado e o respeito, outra professora relatou:

O pedido de desculpa quando faz algo errado com o coleguinha, que é através do carinho passando a mãozinha na cabeça do outro (Professora 3).

Como podemos observar, as docentes destacam que seus alunos já conseguem reproduzir em suas falas, atitudes de respeito, como cumprimentar os colegas e as professoras quando chegam à escola, pedir licença, esperar sua vez, agradecer, pedir desculpas e inclusive, se solidarizar com os outros colegas.

Por isso, é importante que a escola e a família compartilhem as funções de socialização e educação na infância, a partir de um olhar sensível, compreendendo que os dois contextos não estão dissociados (Borsa; Koller; Petrucci, 2016).

Ao serem indagadas sobre como percebiam a reprodução de comportamentos em casa, se referindo aos aprendizados sociais que as crianças aprendem na escola, as mães entrevistadas destacaram:

Eu tenho percebido ela conseguindo brincar com o irmão dela [...], eu estou vendo que ela volta e meia vai lá e consegue ter uma interação com o irmãozinho, consegue interagir. Eu percebi que quando eu boto ela aqui para comer, ela está tendo mais facilidade para levar o alimento até a boca, para se vestir. Eu acredito que é porque na escola estão fazendo isso. Se o estímulo não for feito no convívio da escola, a gente só não é tão eficaz (Mãe 1, 2023).

Ele gosta muito de brincar fingindo que é a professora [...], ele fala tudo que a professora fala, conta história. Reproduz literalmente tudo que aconteceu na escola em casa com os brinquedos dele. Ele até fala do mesmo jeito “você senta ali”, organizando os brinquedos (Mãe 2, 2023).

Está gostando mais de interagir, de conversar e brincar com outras crianças ela tinha muito medo de parquinho também, hoje ela já não está com tanto medo, ela fala que brinca na escola com os amigos. Ela está perdendo o medo de brincar (Mãe 3, 2023).

Podemos notar elementos importantes a partir dessas falas. Na primeira, a mãe se refere aos avanços de sua criança na interação na escola e em casa, bem como avanços em sua autonomia para se vestir e ainda aponta para importância dos estímulos que a criança recebe na escola, dizendo que sem ela, seria mais difícil conseguir superar as dificuldades.

A BNCC (2018) ao se referir as vivências e os conhecimentos construídos pelos educandos no ambiente escolar assegura que,

[...] as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (Brasil, 2018, p. 37).

É essencial acolher e valorizar os conhecimentos que as crianças trazem de seu cotidiano, que partem das vivências com sua família, seus cuidadores e/ou comunidade. É a partir do acolhimento dessas vivências, que os docentes podem articular as experiências e os conhecimentos de mundo com os conteúdos que necessitam serem abordados e promover a ampliação do repertório de conhecimento e uma aprendizagem significativa.

Considerando o tempo que as crianças frequentam a escola, perguntamos as professoras, se conseguem identificar mudanças de comportamento. As respostas foram as seguintes:

Sim, as crianças que frequentam as aulas, sem ter uma porcentagem alta de faltas conseguem ter um comportamento positivo, respeitando as regras de convivência, o espaço físico da escola, os seus colegas de sala os professores e também os outros funcionários da escola como um todo (Professora 1, 2023).

Eu consigo perceber isso e especialmente uma mudança significativa numa das alunas, que é atípica, ela tem TEA, essa aluna se desenvolveu significativamente. Antes quando ela chegava, ela passava à tarde quase toda no parque, em um brinquedo específico, que era sempre no balanço [...] quando ela começou a frequentar constantemente a escola, a gente começou a ir trabalhando com ela, alguns momentos levando para a sala ficando um pouquinho, depois deixava ela voltar, colocamos o balanço perto da sala, deixando a porta aberta, ela foi superando isso, hoje ela está ajustada significativamente na rotina [...] ela já passa maior parte do tempo na sala, ela já faz fila, ela já tá conseguindo comer com a colher sem precisar de ajuda. (Professora 2, 2023, 2023)

Sim, as crianças mudam o comportamento através da rotina estipulada na sala (Professora 3, 2023).

A partir das falas das docentes, destacamos dois elementos essenciais para que a escola contribua efetivamente para o desenvolvimento social dos alunos: a frequência e a rotina.

Na opinião das professoras, a frequência e a rotina são elementos essenciais para a adaptação da criança na escola, assim como para seu desenvolvimento social. Estes são elementos que se encontram interligados, isso porque as crianças só conseguem compreender e acompanhar a rotina quando frequentam assiduamente a escola, pois é no dia a dia que a rotina é estabelecida.

Por isso, os alunos que possuem mais faltas, apresentam dificuldades para se adaptar ao ambiente escolar, e como mencionou uma das professoras, ao retornarem à escola, esses alunos iniciam um novo processo de adaptação e socialização.

Em seguida perguntamos as mães se a partir dos comportamentos, atitudes e interações da criança em casa, consideravam que a escola tem contribuído para o seu desenvolvimento social. Diante do questionamento, as mães responderam:

Sim [...] os dois pontos que eu mais percebo é isso: a melhora na atenção e a melhora no convívio com outras crianças (Mãe 1, 2023).

[...] Sim, principalmente a questão da fala, que ajudou muito no desenvolvimento social dele, porque ele não conseguia se comunicar, ficava muito estressado porque tentava falar e a gente não entendia. Agora voou mesmo (Mãe 2, 2023).

[...] Sim, através da interação que ela tem na escola, ela vai se aprimorando, a partir das vivências lá que ela tem com as outras crianças, conhece a novos ambientes, porque ela ficava só ali acostumada com as famílias, ela não tem costume de sair, já na escola não, na escola ela conhece novas crianças para brincar, tem uma confiança a mais com outras pessoas, é uma fase de descobertas para ela (Mãe 3, 2023).

Percebemos que as mães concordam que depois que começaram a frequentar a escola, as crianças conseguiram se desenvolver e superar as dificuldades relacionadas a fala, a comunicação, a interação, além de melhorias na expressão de suas necessidades.

Para Meneghin e Mendes (2020, p. 1) “[...] a socialização parece ter um importante papel na formação individual de cada estudante [...]”, pois é por meio da socialização que os indivíduos se aprimoram em suas práticas, convivências e constroem sua identidade, a partir do que aprende sobre valores e limites, mas também sobre respeito, direitos e autonomia.

Sendo a socialização elemento essencial para a vida em sociedade, uma vez que envolve práticas educativas, compreendemos a educação como uma dimensão necessária para a vida social, tendo em vista que na escola, todos os sujeitos envolvem-se nos processos de socialização, aprendem e se educam.

Para finalizar a entrevista, perguntamos as docentes e as mães das crianças se consideram importante o desenvolvimento de mais trabalhos/projetos voltados para a socialização na escola e porque julgam isso importante. As docentes responderam:

Sim, considero importante. Os projetos e trabalhos desenvolvidos oportunizam de forma positiva os aspectos da criança e do meio em que a criança está inserida, a gente consegue proporcionar uma maior autonomia ao aluno um aumento da auto estima, o senso de pertencimento e o protagonismo do aluno, construindo um ambiente acolhedor, proporcionando experiências que envolvam o seu cognitivo, o socioemocional para a convivência possível com outro [...] (Professora 1, 2023).

Sim, a socialização ela é fundamental. A socialização está ligada ao movimento, às regras, à convivência e isso é o que está no foco do desenvolvimento infantil. Então a educação infantil é uma educação pelo movimento, toda a dinâmica de convivência da criança está estruturada e organizada dentro da rotina e das atividades (Professora 2, 2023).

Sim, porque é através da socialização que as crianças irão se identificar e compreender a si mesmas e os outros (Professora 3, 2023).

Notamos que as professoras consideram fundamental o desenvolvimento de projetos e atividades que estejam voltados para a socialização dos alunos, pois dessa forma as crianças podem desenvolver seus aspectos sociais, como: a interação, a autonomia, a autoestima, o senso de pertencimento, o protagonismo, a internalização de regras de convivência e a ampliação das compreensões sobre si, sobre o outro e sobre o mundo.

Em seguida, fizemos o mesmo questionamento as mães, que responderam:

Com certeza. No meu ver é de extrema importância isso, até porque a socialização, a gente vive ela no dia a dia, quando a gente não sabe conviver em sociedade a vida da gente se torna muito mais difícil, muitas vezes para a gente que não tem um problema de saúde é difícil, tem horas que é difícil socializar, dependendo do ambiente que você estiver, imagine uma criancinha autista, que tem algumas limitações, eu acho que quanto mais projeto envolvendo a socialização, melhor. É uma coisa de extrema importância, é você saber conviver em sociedade, saber se socializar (Mãe 1, 2023).

Precisa, porque como ajudou ele, ajudaria a muitas outras crianças nessa questão da socialização. Eu acredito que hoje em dia, está tendo muito disso, não sei se é um efeito da pandemia ainda, as crianças estão tudo com essa dificuldade de interagir em outros ambientes. Se não fosse o trabalho da escola eu não teria conseguido sozinho que ele tivesse desenvolvido como ele está desenvolvido hoje (Mãe 2, 2023).

Eu considero muito importante [...] porque ali eles vão nessa questão também de interação, tem socialização, eles vão começar a respeitar os limites dos outros, começa também entender sobre os próprios limites, o que eles podem, e como garantir que eles sejam respeitados da maneira que eles são (Mãe 3, 2023).

Diante das falas das mães, percebemos que consideram importante o desenvolvimento de mais projetos criados pela escola voltados para a socialização. Na percepção das



entrevistadas, assim como seus filhos foram beneficiados com as experiências que vivenciam na escola, outras crianças também serão.

Na compreensão de Borsa (2007, p. 3),

as modificações que, durante os anos escolares, produzem-se no conhecimento social das crianças, afetam o modo como compreendem as características dos outros e de si mesmas, bem como a sua concepção das relações que as vinculam e sua representação das instituições e sistemas sociais em que estão mergulhadas. Neste sentido, a entrada e o percurso pelo âmbito escolar vão constituir para a criança um acúmulo de experiências ricas e interessantes, pois a escola é um microcosmo da sociedade.

Portanto, os projetos e as atividades, entre outras ações que são desenvolvidas na escola, voltadas para a socialização, contribuem para a formação da criança enquanto ser social. Ao envolver as brincadeiras, o lúdico, as interações, a apresentação de regras de convivência, os diálogos sobre o que é certo e errado, a resolução de conflitos, os professores promovem o desenvolvimento das habilidades sociais, à medida que incentivam as crianças a compartilhar, cooperar, se comunicar, ter empatia, respeitar as diferenças, construir amizades, redução do isolamento, a compreensão de si mesmo, dos outros e do mundo que lhe cerca, além de englobar o desenvolvimento dos aspectos físicos, da autonomia, da autoestima e da linguagem, que são fundamentais para a vida.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A socialização consiste em um processo interativo, fundamental para o desenvolvimento, por meio do qual os seres humanos satisfazem suas necessidades e assimilam a cultura de seu contexto desde a infância. As experiências sociais ocorrem inicialmente entre a criança e a família, e se ampliam mais tarde na escola e nas diferentes organizações sociais que frequenta, permanecendo por toda a vida.

A escola é considerada um espaço de convívio social, pois é o segundo ambiente, que a maioria das crianças frequentam regularmente e que nela passam boa parte de seu dia. Na escola, as crianças constroem relações, interações, vínculos, laços afetivos e de segurança com seus pares e com professores e funcionários. Tais vivências, na escola, acompanham os sujeitos pelo resto da vida escolar e social, por isso a necessidade de refletir sobre o percurso da criança na Educação Infantil e suas experiências na interação com outros, uma vez que essa etapa da educação pode ser compreendida como base para todo o percurso que vivenciará na escola e na vida, por meio das relações que constrói e estabelece.

As interações das crianças com seus pares e com os adultos na escola são permeadas por elementos verbais, não verbais e afetivos, que se consolidam em ações e gestos que por sua vez, envolvem sua formação enquanto ser social e o prepara para a vida em sociedade. Essas interações favorecem o desenvolvimento global dos educandos, além de possibilitar o desenvolvimento de funções mentais, de personalidade e de comportamento.

Considerando a complexidade da sociedade atual, os avanços tecnológicos, e ainda, as necessidades da educação acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade, é que se faz necessário reconhecer a escola como um ambiente propício para o desenvolvimento social dos sujeitos, visto que possibilita diversas experiências sociais por meio do convívio, da aprendizagem de valores, da internalização das regras e normas estabelecidas no ambiente escolar, da assimilação dos princípios éticos e morais que regem a sociedade e que deve promover a formação de sujeitos autônomos, capazes de exercer sua cidadania, com a consolidação de aprendizados sociais que foram plantados desde a infância.

Desse modo, este estudo foi desenvolvido no intuito de compreender como a escola contribui nos processos de socialização e na formação da criança enquanto ser social, por meio de atividades, projetos e programas desenvolvidos, bem como discutir como se dá os processos de socialização dos sujeitos a partir de suas interações na escola e identificar os programas, os projetos e as atividades realizadas para o desenvolvimento da interação, do

respeito mútuo, da autonomia, além de reconhecer a importância da escola na formação social dos sujeitos.

Com a realização das entrevistas, foi possível construir um entendimento melhor no que concerne as contribuições da escola para a formação social das crianças ao conhecer com mais profundidade a rotina delas e como os docentes desenvolvem os temas relacionadas ao respeito, aos cuidados consigo, com o outro e com o mundo em seu dia a dia, na mediação das aulas e dos demais momentos vivenciados na creche com as crianças. Observamos que a principal atividade na qual são discorridos os diálogos com os educandos sobre os temas sociais, são as rodas de conversa, que são realizadas diariamente.

Percebemos ainda que a escola contribui nos processos de socialização conforme oportuniza espaços, interações, situações e ações planejadas que visam o desenvolvimento integral, proporcionando a internalização de valores e favorecendo o desenvolvimento das habilidades/potencialidades cognitivas, afetivas, socioemocionais, sensoriais, socio-interacionais, psicomotoras, a construção de valores morais e éticos, o incentivo aos ensinamentos para o respeito mútuo, o diálogo, a cidadania e os cuidados consigo, com o outro e com o meio ambiente.

A partir da entrevista com as mães, pudemos identificar que há satisfação quanto ao trabalho desenvolvido pelas professoras. As mães apontam que seus filhos avançaram consideravelmente, após o ingresso na escola. Notamos as inúmeras contribuições da escola para o desenvolvimento social das crianças, quando as mães relataram a superação de dificuldades na comunicação, na expressão, na fala, na interação, além dos aprendizados voltados para o respeito, a autonomia e os cuidados.

Com a realização da pesquisa buscamos mostrar que a função da escola não se limita a intervenção, mediação ou transmissão dos conhecimentos científicos organizados, mas também atua e influencia nos aspectos relacionados ao desenvolvimento social de seus alunos e, conseqüentemente, na formação para a cidadania, à medida que aprendem as regras necessárias para o convívio em sociedade, como sujeitos de direitos e deveres.

A organização do ambiente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas é fundamental nos processos de socialização, considerando que o ambiente é capaz de proporcionar o sentimento de pertencimento e a sensação de conforto às crianças, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua aprendizagem e habilidades. O ambiente escolar tem sido visto cada vez mais como um espaço de aprender e de cuidar, por isso é fundamental que as escolas ofereçam espaços adaptados as necessidades das crianças.

Os professores também fazem parte do conjunto de elementos essenciais para o desenvolvimento social das crianças, o mais importante, uma vez que é com os professores que os alunos constroem suas primeiras relações de afeto, segurança e apoio emocional, na escola. As ações dos professores contribuem para a adaptação da criança a sua nova rotina, para o desenvolvimento de aprendizagem significativa e de qualidade, bem como para compreensão sobre os cuidados e preservação do ambiente escolar.

Dessarte, podemos concluir que a escola em seus diversos aspectos, contribui positivamente para a formação social das crianças por meio dos projetos e das atividades, entre outras ações que são desenvolvidas pelos professores com os seus alunos, e que visam o desenvolvimento das habilidades sociais, à medida que os incentivam a compartilhar, cooperar, se comunicar, ter empatia, respeitar as diferenças, construir amizades, reduzir o isolamento, proporcionar a compreensão de si, dos outros e do mundo que os cercam.

Cabe ressaltar finalmente, que a produção científica voltada para as contribuições da escola nos processos de socialização da criança ainda precisa ser explorada, pois durante a pesquisa notamos que existem poucos trabalhos publicados nesta área de conhecimento. Assim, recomendamos a elaboração de novos estudos e pesquisas sobre o tema, a produção de materiais didáticos, e que estudantes e pesquisadores possam despertar o interesse em investigar as contribuições da escola para a formação da criança enquanto ser social, uma temática cuja compreensão merece a atenção de todos.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- BORSA, Juliane Callegaro. **O Papel da escola no processo de socialização infantil**. Rio Grande do Sul, 2007.
- BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- CIDADANIA. In.: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/cidadania/>>. Acesso em: 20/08/2023.
- COSTA, Francisca Vânia Soares Praxedes da. **Adaptação na educação infantil: uma relação entre criança, família e escola**. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- DARIUS. Rebeca Pizza Pancotte. DARIUS. Fábio Augusto. A Educação Pública No Brasil No Século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares e do manifesto dos pioneiros da educação nova. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 20, Araraquara, 2018.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. NÁDER, Alexandre Antonio Gili. **Educando em direitos humanos: fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.
- REZENDE FILHO, Cyro De Barros. CÂMARA NETO, Isnard De Albuquerque. **A Evolução do Conceito de Cidadania**, Departamento de Ciências Sociais e Letras, Taubaté, 2001.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas-SP.: Alínea, 2001.
- MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2. ed. rev. e atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

MENEGHIN, Vithória Bastos; MENDES, Thiago Fernando. **A Socialização no Ambiente Escolar**. Paraná, 2020.

MENON, Aline. CORSO, Angela Maria. **Adaptação infantil**: a relação entre a instituição infantil e a família. Paraná. 2008.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>>. Acesso em: 20/08/2023

PETRUCCI, Giovanna Wanderley; BORSA, Juliane Callegaro; KOLLER, Sílvia Helena. A Família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. **Temas em Psicologia**, Vol. 24. Porto Alegre – Rs, 2016.

PINTO, Raquel Gomes; BRANCO, Angela Uchoa. Práticas de socialização e desenvolvimento na educação infantil: contribuições da psicologia sociocultural. **Temas em Psicologia**, vol. 17. Ribeirão Preto – SP, 2009.

ROCHA, Francisca Kerle Nunes da; BRITO, Raiane de Melo. **Educação Infantil**: a influência do ambiente físico para o aprendizado e socialização da criança no contexto escolar. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal Rural da Amazônia, Pará, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Crianças: educação, culturas e cidadania ativa Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. **Perspectiva**, vol. 23, Florianópolis, 2005.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Educação e cidadania**: reflexões sobre um debate contemporâneo. Rio Grande do Sul, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Ed.: Cortez, 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba-PR, 2009.

VASCONCELOS, Teresa. A importância da Educação na Construção da Cidadania. **Saber (e) Educar**. 2007.

## **APÊNDICES**



Universidade Federal  
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores  
Unidade Acadêmica de Educação  
Campus de Cajazeiras - PB



## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM AS DOCENTES

**PÚBLICO ALVO:** Docentes da educação infantil de escola pública na rede municipal de Cajazeiras-PB.

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Graduação: \_\_\_\_\_

Pós-graduação: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço na Educação

Infantil: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço nesta escola: \_\_\_\_\_

Turmas que atende: \_\_\_\_\_

Turnos que atende: \_\_\_\_\_

Tem auxiliar de classe/monitor(a): \_\_\_\_\_

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### TEMA I: Interação social da criança na escola

1. Ao chegar à escola, você percebe se as crianças apresentam dificuldades quanto ao seu desenvolvimento seus aspectos sociais?
2. Você considera que as crianças conseguem superar tais dificuldades depois que começam a frequentar a escola?
3. Você propõe atividades que consideram as necessidades das crianças, visando superar suas dificuldades?
4. Considerando o tempo que a criança frequenta a escola, você consegue identificar mudanças de comportamento?



**TEMA II: Atividades de incentivo à socialização da criança**

1. A escola possui projetos, programas ou atividades específicas para o desenvolvimento social dos educandos?
2. As atividades desenvolvidas no dia-a-dia, em sala de aula, incentivam as interações, a construção da identidade, a autonomia, o respeito, a cidadania, os cuidados consigo, com o outro e com o mundo?
3. Você possui uma rotina com as crianças que envolva o estabelecimento de combinados e regras de convivência em sala de aula e na escola em geral?
4. Na escola há espaços organizados para o desenvolvimento de brincadeira que proporcionem a interação entre os alunos, o diálogo, a resolução de conflitos?
5. Como profissional da educação infantil, o que você considera importante para o desenvolvimento social dos mesmos? Você consegue desenvolver estas ações com sua turma?

**TEMA III: Aprendizagens para o desenvolvimento social dos educandos**

1. As crianças reproduzem comportamentos, falas ou atitudes positivas que aprendem na escola? Você gostaria de citar alguma atitude ou momento que para você foi marcante?
2. Considerando o tempo que a criança frequenta a escola, quais mudanças em seu comportamento você pode observar?
3. A partir dos comportamentos, atitudes e interações das crianças, de que maneira você considera que a escola contribuiu para seu desenvolvimento social?
4. Você considera importante o desenvolvimento de trabalhos/projetos que sejam voltados para a socialização na escola? Por quê?



Universidade Federal  
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores  
Unidade Acadêmica de Educação  
Campus de Cajazeiras - PB



## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM PAIS/RESPONSÁVEIS

**PÚBLICO ALVO:** Pais/responsáveis de crianças matriculadas em escola pública na rede municipal de Cajazeiras-PB e professores. Faixa-etária de 2 a 4 anos.

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Nível de ensino: \_\_\_\_\_

Trabalho/ocupação: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Quantidade de filhos: \_\_\_\_\_

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### TEMA I: Interação social da criança na escola

1. Com quantos anos a criança começou a frequentar a escola?
2. A criança apresentava alguma dificuldade em seus aspectos sociais antes de frequentar a escola?
3. Você observou se a criança conseguiu superar tais dificuldades depois que começam a frequentar a escola?

#### TEMA II: Atividades de incentivo à socialização da criança

1. Você consegue observar se na sala de aula a professora estimula as crianças aos aprendizados sobre o respeito, a autonomia, a compartilhar objetos?
2. Você consegue observar se a professora possui uma rotina com as crianças e se há o estabelecimento de combinados e regras de convivência em sala de aula?

3. Você tem acesso ao que a criança desenvolve em sala de aula, seja por meio de atividades, fotos, vídeos, grupos da turma via Whatsapp? Essas atividades incentivam as interações, a construção da identidade, a autonomia, o respeito, a cidadania, os cuidados consigo, com o outro e com o mundo?

### **TEMA III: Aprendizagens para o desenvolvimento social**

1. A criança reproduz em casa comportamentos, falas ou atitudes positivas que aprende na escola?
2. Considerando o tempo que a criança frequenta a escola, quais mudanças em seu comportamento você consegue observar?
3. A partir dos comportamentos, atitudes e interações da criança em casa, você considera que a escola contribuiu em um nível de satisfação ótimo, bom ou ruim, para seu desenvolvimento social? Justifique sua resposta.
4. Você considera importante o desenvolvimento de trabalhos/projetos que sejam voltados para a socialização na escola? Por quê?



Universidade Federal  
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores  
Unidade Acadêmica de Educação  
Campus de Cajazeiras - PB



## APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo “As contribuições da escola nos processos de socialização e na formação da criança enquanto ser social”, coordenado pelo professor (a) Ana Joice da Silva Alves e vinculado ao Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras-PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo compreender como a escola contribui para o desenvolvimento social dos educandos, e se faz necessário por considerar em primeiro lugar que a escola é uma instituição que atravessa gerações e se constitui uma das mais importantes na vida dos sujeitos, em segundo lugar porque é na escola que crianças e jovens podem ter acesso a um leque de atividades organizadas pedagogicamente para incentivar as interações, a construção da identidade, a autonomia, o respeito, a cidadania e os cuidados consigo, com o outro e com o mundo.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: uma entrevista semi-estruturada acerca do tema proposto. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Mas, se aceitar participar, estará contribuindo com a reflexão sobre a escola e suas contribuições para a formação social dos sujeitos.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário. Esta pesquisa atende às exigências das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos. Atende também as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), órgão colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada ao Orientador (a), Professor Dr. José Amiraldo Alves da Silva (UAE/CFP/UFCG), fone: (83) 9931-8001 Email: [amiralves2@gmail.com](mailto:amiralves2@gmail.com) ou com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa, cujos dados para contato estão especificados abaixo:

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa**

**Nome:** Ana Joice da Silva Alves

**Instituição:** Universidade Federal de Campina Grande – UCGG

**Endereço Pessoal:** Rua Senador Roberto Kennedy, 110, Casas Populares, Cajazeiras, PB.

**Endereço Profissional:** -

**Horário disponível:** 13:00 às 17:00h

**Telefone:** (83) 99165-6662

**E-mail:** [anajoycecz11@gmail.com](mailto:anajoycecz11@gmail.com)

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

**Local e Data,**

\_\_\_\_\_  
Assinatura ou impressão datiloscópica do  
voluntário ou responsável legal

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável pelo  
estudo